

IVÁN GERARDO PEYRÉ TARTARUGA

**ANÁLISE GEOGRÁFICA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO  
DE PORTO ALEGRE**

Monografia apresentada para a obtenção do  
título de Geógrafo no Curso de Bacharelado  
em Geografia, Departamento de Geografia,  
Instituto de Geociências, Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

PORTO ALEGRE

1999

### CIP - Catalogação na Publicação

Tartaruga, Iván Gerardo Peyré  
Análise geográfica do Orçamento Participativo de  
Porto Alegre / Iván Gerardo Peyré Tartaruga. -- 1999.  
58 f.  
Orientador: Álvaro Luiz Heidrich.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto  
Alegre, BR-RS, 1999.

1. Orçamento participativo. 2. Geografia econômica.  
I. Heidrich, Álvaro Luiz, orient. II. Título.

“Nada há no mundo  
Que tanto se adapte ao solo,  
Nada há mais frágil  
Do que a água.  
E também nada há mais forte  
Que derrote o mais duro,  
Do que a água,  
Incomparável e invencível.  
Todos sabem que o fraco derrota o forte,  
E que o mole vence o duro,  
Mas ninguém o pratica na vida.  
Somente o sábio aceita a verdade.  
Quem, nos labores agrícolas,  
Suporta as imundícies da terra,  
Esse é o senhor da colheita.  
Quem toma sobre si as culpas  
E os sofrimentos dos pais,  
Esse é o verdadeiro patriota,  
Verdades ingratas são estas.”

LAO-TSE\*, 600 anos antes de Cristo.

---

\* Sábio chinês.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Álvaro L. Heidrich pela orientação para a realização deste trabalho. Agradeço a Prof<sup>a</sup>. Tânia M. Strohaecker pela ajuda no início (nascimento) deste trabalho. Destacando estes dois professores como exemplos de profissionais sérios e competentes desta universidade. Agradeço, também, a todos os professores do Instituto de Geociências que, diretamente ou indiretamente, construíram a minha formação na ciência geográfica. E, principalmente, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de realizar todos os meus estudos com qualidade.

Agradeço ao colega Heitor Serpa pela “base cartográfica”. Agradeço, também, a todos os meus colegas do curso de Geografia pela amizade.

Agradeço à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, principalmente ao setor de Coordenação de Relações com a Comunidade e ao Gabinete de Planejamento, pelo apoio a esta pesquisa (informações, dados e documentos). Destacando o funcionário Itamar Spanhol.

Agradeço aos meus irmãos, Leonardo e Maria Virgínia, por serem meus irmãos. À minha tia, Gianella, e meus primos, Marcus e Jose Luis, pelo apoio “computacional” para a digitação deste trabalho. À minha *abuela*, Teresita, *que la quiero mucho*.

O agradecimento maior para meus pais, Eduardo e Stella, pelo apoio e incentivo.

E um último agradecimento para todas as pessoas que participam do Orçamento Participativo de Porto Alegre, principalmente os “fracos”, pelos ensinamentos.

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 METODOLOGIA.....	2
2.1 Análise Espacial dos Investimentos.....	2
2.2 Análise de Distribuição.....	2
3 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE.....	5
3.1 Estrutura e Funcionamento do Orçamento Participativo.....	5
3.2 Histórico do Orçamento Participativo.....	11
4 DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	16
4.1 Aspectos Gerais do Orçamento.....	16
4.2 Investimentos nas Regiões.....	17
4.3 Investimentos em Toda a Cidade.....	27
5 O ESPAÇO DA PARTICIPAÇÃO.....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
ANEXO 1 – CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI.....	36
ANEXO 2 – PARTICIPAÇÃO.....	41
ANEXO 3 – INVESTIMENTOS NAS REGIÕES.....	44
ANEXO 4 – INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO, PAVIMENTAÇÃO E POLÍTICA HABITACIONAL.....	53
ANEXO 5 – INVESTIMENTOS EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

## LISTA DE FIGURAS

1	Curva de Lorenz.....	3
2	Regiões do Orçamento Participativo no município de Porto Alegre – 1998.....	6
3	Evolução Histórica do Orçamento Participativo.....	12
4	Evolução anual da participação popular no Orçamento Participativo – 1989-1999.....	14
5	Distribuição dos Investimentos nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1996.....	20
6	Distribuição dos Investimentos nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1997.....	21
7	Distribuição dos Investimentos nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1998.....	22
8	Distribuição dos Investimentos nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1999.....	23
9	Coefficiente de Gini para a regionalização do Orçamento Participativo – 1996-1999.....	26
10	Percentuais Totais de Investimentos Públicos em Saneamento Básico, Pavimentação e Política Habitacional em Porto Alegre – 1995-1999.....	27

## LISTA DE TABELAS

1	Cálculo das notas dos Critérios Gerais do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1999.....	10
2	Totais de Despesas e Investimentos Públicos em Porto Alegre – 1995-1999.....	17
3	Investimentos Públicos Totais e nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1996-1999.....	18
4	População por Região do Orçamento Participativo – 1996-1999.....	25

## **LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS**

COP	- Conselho do Orçamento Participativo de Porto Alegre
CRC	- Coordenação de Relações com a Comunidade
DMAE	- Departamento Municipal de Água e Esgotos
GAPLAN	- Gabinete de Planejamento
OP	- Orçamento Participativo de Porto Alegre
PT	- Partido dos Trabalhadores
SIMPA	- Sindicato dos Municipários de Porto Alegre
SMED	- Secretaria Municipal da Educação
SMS	- Secretaria Municipal da Saúde
SPM	- Secretaria do Planejamento Municipal
UAMPA	- União das Associações de Moradores de Porto Alegre

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise geográfica do *Orçamento Participativo*, um processo decisório participativo do governo municipal de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, entre os anos de 1989 e 1999. O trabalho mostra a estrutura, o funcionamento e a história deste processo e, também, analisa a distribuição dos investimentos públicos. O objetivo e a idéia principais deste estudo é a verificação da importância da participação popular neste processo planejamento urbano.

**Área de concentração:** Geografia.

**Palavras-chaves:** processos decisórios participativos, poder local, orçamento público.

## **ABSTRACT**

This work presents a geographical analysis of the *Participatory Budget*, a participatory making-decision process of the local government of the city of Porto Alegre, in the State of Rio Grande do Sul, in Brazil, between 1989 and 1999. The work shows the structure, functioning and history of this process, and analyses the spatial distribution of the public investments. The objective and central idea of this study is to verify the importance of the popular participation in this urban planning process.

**Area:** Geography.

**Key Words:** participatory making-decision processes, local power, public budget.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar geograficamente o processo decisório participativo, no âmbito da gestão pública municipal, da cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul; conhecido como Orçamento Participativo. Enfoca principalmente a distribuição espacial e temporal do orçamento municipal na vigência deste processo, de 1989 até 1999. Destaca-se também a participação dos cidadãos porto-alegrenses neste processo.

Um conceito que está impregnado, direta ou indiretamente, em toda esta pesquisa é o da *participação política*. Segundo BOBBIO et al (1992, p. 888), em ciência política, a participação política pode ser, por exemplo: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício, o apoio a um candidato numa campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas, entre outras atividades. A participação política possui, portanto, os mais variados significados. Mas a participação política que se pretende analisar neste trabalho é mais restrita. Conforme o filósofo alemão Jürgen Habermas, “*a atitude ante o Estado, de quem recebe um benefício, não é precisamente participação política, senão uma atitude reivindicativa genérica, que espera assistência sem querer impor decisões*” (HABERMAS, 1981, p. 384). Esta é a participação que se quer analisar aqui, não a que só quer receber benefícios, e sim a que tenta impor decisões.

Por outro lado, não deve ser desconsiderada a necessidade da racionalidade e do conhecimento técnico-científicos que tentam garantir a funcionalidade das cidades, que podem, ou não, irem contra as decisões populares.

Em suma, o problema abordado neste trabalho, em linhas gerais, é o mesmo que o cientista político chinês Lucien Pye coloca para a democracia, “*...é a clássica questão do equilíbrio entre os **sentimentos populares** [ou decisões populares] e a **ordem pública** [racionalidade técnico-científica]*” (PYE, 1981, p. 422)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Sem grifos no original.

## 2 METODOLOGIA

A metodologia que é mostrada neste capítulo faz referência somente a análise, espacial e quantitativa, da distribuição dos investimentos através da gestão pública do município de Porto Alegre conhecida como Orçamento Participativo<sup>2</sup>.

### 2.1 ANÁLISE ESPACIAL DOS INVESTIMENTOS

A principal fonte, para analisar a distribuição do orçamento público de Porto Alegre, é o conjunto dos Planos de Investimentos do município. Analisando o período de 1996 a 1999.<sup>3</sup>

Para a espacialização dos investimentos é utilizado o *software* MAPTITUDE 3.0 (sistema de informações geográficas) com a base cartográfica do município de Porto Alegre com os limites da regionalização do Orçamento Participativo do período em estudo.<sup>4</sup> Os dados foram introduzidos neste sistema no formato de arquivo da planilha eletrônica EXCEL 97.

### 2.2 ANÁLISE DE DISTRIBUIÇÃO

Para a medição da concentração de alguns tipos de dados sócio-econômicos dentro de uma população pode ser utilizado o *Coefficiente de Gini*, mais freqüentemente aplicado à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. Para entender o significado deste coeficiente deve-se ver, primeiro, a *Curva de Lorenz*.<sup>5</sup>

Tome-se como exemplo o caso da renda. A Curva de Lorenz é uma representação gráfica da distribuição de renda de uma população durante um período de tempo, geralmente um ano. Neste gráfico, no eixo horizontal (abscissas) é representado o total de destinatários da renda em porcentagem, e no vertical (ordenadas) o total de rendas recebidas em porcentagem no período em análise. Na Figura 1 pode-se ver a

---

<sup>2</sup> A definição desse processo será dada posteriormente (*cf.* capítulo 3, p. 5).

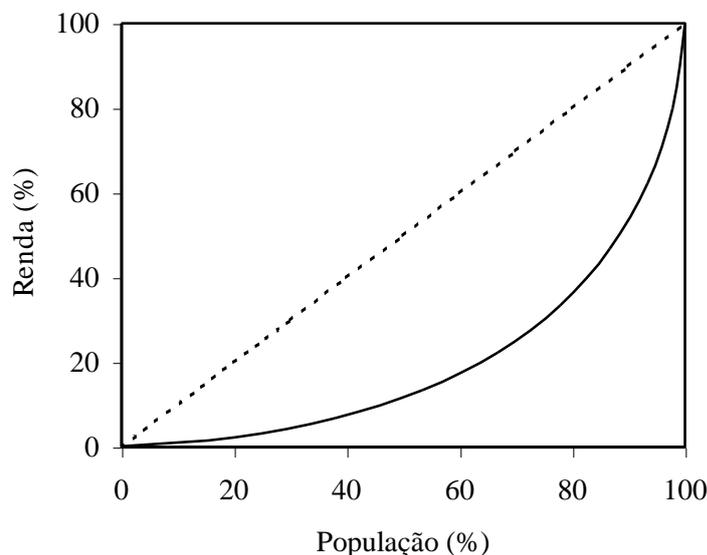
<sup>3</sup> Os dados são provenientes de PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1996, 1997a, 1998 e 1999a).

<sup>4</sup> A base cartográfica, já disponível no sistema computacional, foi obtida na Secretaria do Planejamento Municipal (SPM).

<sup>5</sup> Sobre métodos para medição de concentração de renda e o problema no Brasil ver BARROS, DUARTE, JERONYMO et al (1993).

curva de Lorenz e a linha<sup>6</sup> (tracejada) que representa a curva ideal ou de distribuição ideal da renda. A leitura do gráfico se faz da seguinte forma: tomando-se um ponto da curva (x, y), tem-se que x% da população recebe y% da renda total.

FIGURA 1 – Curva de Lorenz.



O Coeficiente de Gini (G) é a medida de concentração da renda, segundo a equação geral (cf. SANDRONI, 1999, p. 106)

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n [(y_i + y_{i-1})(x_i - x_{i-1})]$$

onde “n” é o número total da população ou de estratos de população, “ $x_i$ ” é a porcentagem da população até o estrato “i”, e “ $y_i$ ” a porcentagem da renda até o estrato “i”. Esta equação mede, na verdade, a área entre a Curva de Lorenz e a reta de distribuição ideal (reta tracejada na Figura 1), variando de 0 (zero) à 1 (um). Portanto, quanto mais próximo de 0 (zero) for o índice, mais próxima é a distribuição em relação à situação ideal, isto é, menor concentração de renda. E valores próximos de 1 (um) significam maior concentração de renda.

Para este trabalho deseja-se medir a concentração ou a distribuição dos investimentos públicos feitos através do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Sendo

<sup>6</sup> Linha ascendente a partir do ponto 0, com ângulo de 45°.

calculado através do Coeficiente de Gini, de forma análoga à medida de concentração de renda.

Os estratos de população, valores de “x”, são aqueles referentes as populações de cada região do Orçamento Participativo<sup>7</sup>. E cada um desses estratos recebe investimentos públicos anuais<sup>8</sup>, valores de “y”. Os dados de população (x) e de investimentos (y), e os resultados estão na seção 4.2, p. 17-26.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Neste trabalho, o uso do conceito de *região*, para a escala intra-municipal, respeita a operacionalidade desta noção dentro do Orçamento Participativo e, também, o texto da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (*cf.* PORTO ALEGRE, 1997). Ver Regiões do Orçamento Participativo na Figura 2, p. 6.

<sup>8</sup> Em realidade, ninguém recebe os investimentos diretamente, como se fosse uma renda pessoal), e sim algumas parcelas da população, de uma região, que são beneficiadas indiretamente. Com efeito, dificilmente as infra-estruturas e/ou os serviços públicos para uma região atingirão todos os moradores da região em questão.

<sup>9</sup> Os cálculos estão no Anexo 1, p. 36-40.

### 3 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE PORTO ALEGRE

O *Orçamento Participativo* de Porto Alegre (OP) é um sistema de participação popular na definição da peça orçamentária da prefeitura municipal dessa cidade.<sup>10</sup>

Neste capítulo são expostos a estrutura, o funcionamento (seção 3.1) e o histórico (seção 3.2) do OP. Isso é feito porque com estes conhecimentos será possível analisar o significado e o valor da participação dos cidadãos nesse processo<sup>11</sup>.

#### 3.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Pretende-se mostrar, aqui, a estrutura e o funcionamento do OP, focalizando, fundamentalmente, o OP praticado a partir do ano de 1994.<sup>12</sup>

Na estrutura do OP, a cidade é dividida em 16 regiões, com base em características geográficas, sociais e das organizações comunitárias; conhecidas como *Regiões* do OP (ver Figura 2). Essas regiões estão, ainda, subdivididas em *Microrregiões*, que servem para facilitar a participação das comunidades de cada região.

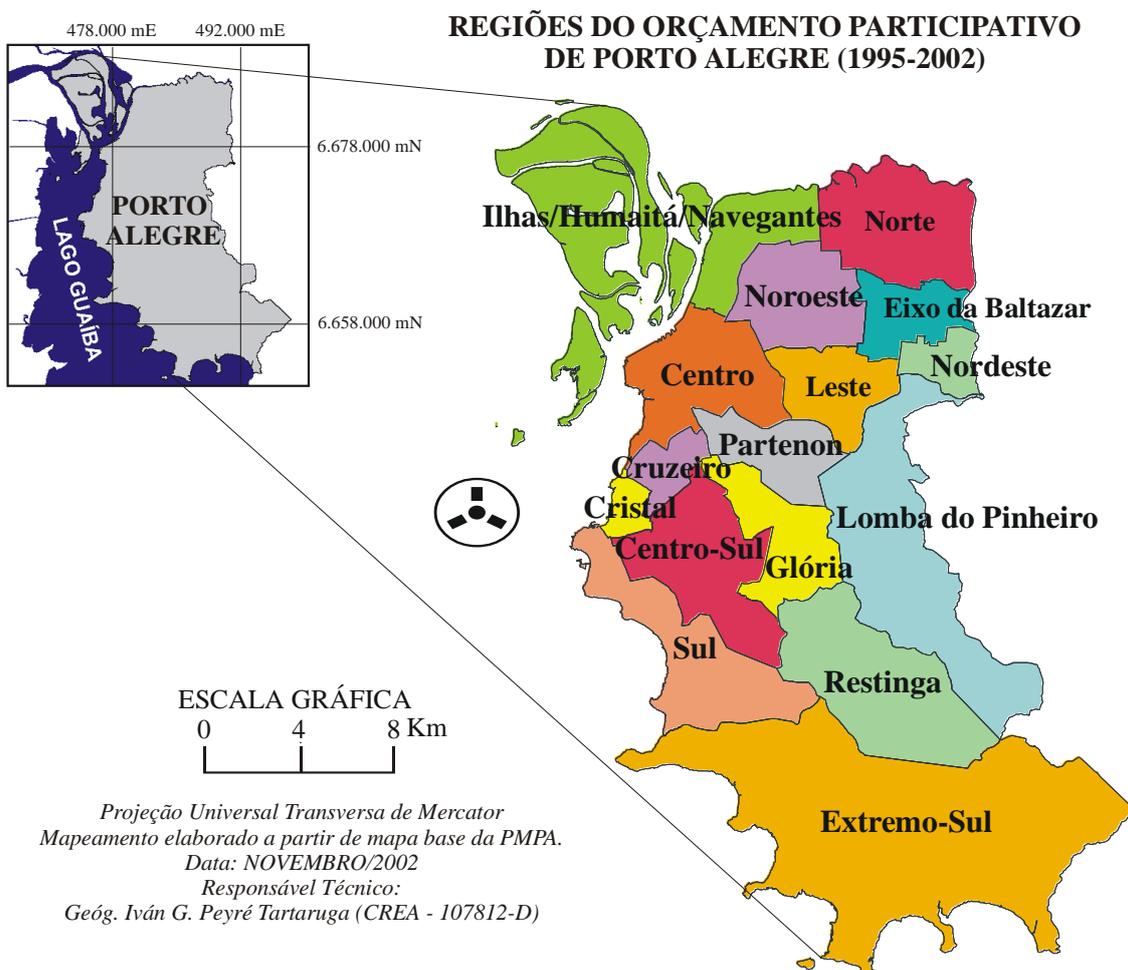
---

<sup>10</sup> Segundo a lei orgânica desse município, é garantida a “... *participação popular* [sem grifo no original] nas decisões do Município e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições...”, cf. Art. 97, V (PORTO ALEGRE, 1997, p. 29). Além disso, o Art. 116, § 1º, diz que “Fica garantida a *participação da comunidade*, a partir das *regiões do Município*, nas etapas de elaboração, definição e acompanhamento da execução do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual [sem grifos no original].” (PORTO ALEGRE, 1997, p. 34). O OP, portanto, é legal. “Entretanto, a sua regulamentação não é feita por lei municipal, mas sim, pela própria sociedade, de maneira autônoma.” (GENRO & SOUZA, 1997, p. 48).

<sup>11</sup> O que é visto, posteriormente, no capítulo 5, p. 29-33.

<sup>12</sup> Esta seção está fundamentada em FEDOZZI (1997), GENRO & SOUZA (1997), GIACOMONI (1998) e, principalmente, no Regimento Interno do OP (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1997b e 1999b).

FIGURA 2 – Regiões do Orçamento Participativo no município de Porto Alegre – 1998.



Nestas regiões ocorrem as *Assembléias Regionais*, com a participação das respectivas populações de cada região. Essas assembléias têm, portanto, um caráter local, nas quais são apresentadas as necessidades espacialmente mais próximas dos cidadãos.

Além dessas assembléias, ocorrem também as *Plenárias Temáticas*. Diferentemente da tendência localista das Assembléias Regionais, nas temáticas são abordadas questões específicas de interesse da cidade como um todo, e abertas aos cidadãos de todas as regiões do OP. As temáticas são em número de cinco, e cada uma delas tem um tema específico:

- Saúde e Assistência Social;
- Educação, Cultura e Lazer;
- Desenvolvimento Econômico e Tributação;
- Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; e
- Transporte e Circulação.

O *Conselho do Orçamento Participativo (COP)*, a estrutura mais importante do OP, é um órgão não institucionalizado legalmente, tem por objetivos planejar, propor, fiscalizar e deliberar sobre a receita e a despesa do orçamento do município porto-alegrense. Compete ao COP, portanto, discutir e deliberar sobre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual do Governo Municipal. O COP é composto por:

- dois *conselheiros* titulares e dois suplentes eleitos em cada uma das 16 regiões do OP (nas Assembléias Regionais) e, também, em cada uma das cinco Plenárias Temáticas;<sup>13</sup>

- um representante e um suplente do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA);<sup>14</sup>

- um representante e um suplente da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA);

- dois representantes e dois suplentes do Executivo Municipal, sendo que um representante e um suplente são da Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC), e o restante do Gabinete de Planejamento (GAPLAN).<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Os conselheiros do COP não podem ter mandato eletivo de qualquer esfera do poder público, ter Cargo de Comissão ou Função Gratificada de chefia na administração municipal.

<sup>14</sup> A participação do sindicato justifica-se, principalmente, pelo fato do COP deliberar, também, sobre o ingresso de pessoal na prefeitura municipal. Este tipo de deliberação é feita através de uma *Comissão Tripartite*, formada pelo governo, sindicato e conselheiros do OP.

O COP é coordenado por uma *Comissão Paritária*, composta por quatro membros do governo e quatro conselheiros. A essa comissão compete convocar e presidir as reuniões do COP, programar a participação de órgãos do poder público municipal quando for necessário, entre outras atividades.

Além dos conselheiros, são eleitos *delegados* que têm como principais atribuições: fazer cumprir o Regimento Interno do OP<sup>16</sup>, formar as Comissões de Fiscalização e Acompanhamento de obras e coordenar a discussão com a população os assuntos tratados no COP.<sup>17</sup> Os delegados, portanto, são o canal de comunicação entre os conselheiros e a população da cidade. O número de delegados eleitos em cada Assembléia Regional ou Plenária Temática é proporcional ao número de participantes nas respectivas reuniões.

O OP desenvolve-se num *ciclo anual*, conforme os prazos a que o orçamento público municipal está sujeito. Neste ciclo são realizadas 16 Assembléias Regionais e 5 Plenárias Temáticas em duas rodadas durante o ano. O cronograma das atividades, que ocorre todos os anos, é descrito a seguir:

**MARÇO:** são feitos os preparativos para a 1ª Rodada de assembléias nas regiões e temáticas. Neste momento os conselheiros e delegados mobilizam as comunidades e setores participantes.

**MARÇO E ABRIL:** ocorrem as Assembléias Regionais e as Plenárias Temáticas – 1ª Rodada. Nesta etapa acontecem: a prestação de contas do Governo sobre o Plano de Investimentos do ano anterior; a apresentação do Plano de Investimentos do ano atual; a apresentação dos critérios e métodos para o orçamento do ano seguinte, decididos no COP; a avaliação da comunidade do Plano de Investimento do ano anterior; e a eleição de delegados.

**MARÇO A JUNHO:** são realizadas as *reuniões intermediárias*<sup>18</sup>. Esta etapa consiste na escolha das demandas e temas prioritários nas regiões e temáticas e na eleição do restante dos delegados proporcional ao número de presentes na reunião de maior *quorum*. Nesta etapa, os órgãos do governo prestam informações (técnicas) para instruir a discussão da comunidade e apresentam suas propostas. São criadas as comissões de acompanhamento e fiscalização de obras. E o COP discute e vota a Lei de

---

<sup>15</sup> Os representantes do Governo são indicados pelo Prefeito Municipal e não têm direito a voto no COP.

<sup>16</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1997b e 1999b).

<sup>17</sup> Os delegados do OP se reúnem mensalmente nos *Fóruns de Delegados*.

<sup>18</sup> Estas reuniões acontecem nas microrregiões do OP.

Diretrizes Orçamentárias para o encaminhamento à Câmara Municipal até o dia 30 de maio.

**JUNHO E JULHO:** ocorre a 2ª Rodada de Assembléias Regionais e Plenárias Temáticas. Quando acontecem: a apresentação pelo governo da despesa e da estimativa da receita do ano seguinte; a entrega pelas 16 regiões e 5 Plenárias Temáticas das prioridades e demandas; e a eleição dos conselheiros do orçamento em cada região e temática.

**JULHO E AGOSTO:** dá-se a posse do novo COP e iniciam-se as reuniões do conselho. Com o novo conselho é definido o calendário de discussões (regimento interno, eleição da Comissão Paritária,...). Também são realizados seminários sobre o OP para os novos conselheiros e os delegados.

**AGOSTO:** o GAPLAN elabora a proposta orçamentária, levando em conta as prioridades e demandas das regiões, das temáticas e dos órgãos municipais. Esta proposta é analisada pela junta financeira da Prefeitura, pela Coordenação do Governo e pelas secretarias.

**AGOSTO/SETEMBRO:** o COP discute e vota a proposta orçamentária. Acontece a discussão, no COP, sobre critérios para a distribuição de recursos. A proposta orçamentária é encaminhada ao prefeito, e o COP e o Executivo entregam a proposta à Câmara de Vereadores até o dia 30 de setembro.

**OUTUBRO A DEZEMBRO:** o COP se reúne com as secretarias para discutir o Plano de Investimentos. Logo após, o COP aprova o plano com a assinatura dos conselheiros.

**NOVEMBRO:** a Câmara de Vereadores vota a proposta orçamentária até 30 de novembro.

**DEZEMBRO A JULHO DO ANO SEGUINTE:** o conselho reúne-se para discussões e novos encaminhamentos (regimento interno, critérios,...) até a posse de um novo conselho.

**FEVEREIRO DO ANO SEGUINTE:** o COP entra em recesso.

Para a distribuição de recursos entre as 16 regiões foram estabelecidos os *critérios gerais* do OP definidos pelos cidadãos participantes. Estes critérios são: carência do serviço ou infra-estrutura, população total da região e prioridades escolhidas por cada região. E através de um sistema de notas ponderadas para cada critério nas regiões, chega-se ao percentual de investimentos para cada setor; quanto maior a soma

das notas da região maior será o percentual de investimentos para esta (ver Tabela 1). Com exceção do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que possuem critérios próprios<sup>19</sup>. Os investimentos são direcionados para doze setores, que são: Saneamento Básico, Política Habitacional, Pavimentação, Transporte e Circulação, Saúde, Assistência Social, Educação, Áreas de Lazer, Esporte e Lazer, Organização da Cidade, Desenvolvimento Econômico, e Cultura.

TABELA 1 – Cálculo das notas dos Critérios Gerais do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1999.

	PESOS	NOTAS
Carência do Serviço ou Infra-estrutura na Região	4	de 0,01% a 20,99%.....nota 1
		de 21% a 40,99%.....nota 2
		de 41% a 60,99%.....nota 3
		de 61% a 79,99%.....nota 4
		de 80% em diante.....nota 5
População Total da Região	2	até 30.999 habitantes.....nota 1
		de 31.000 a 60.999 habitantes.....nota 2
		de 61.000 a 119.999 habitantes.....nota 3
		acima de 120.000 habitantes.....nota 4
Prioridade Temática da Região	4	Quinta prioridade.....nota 1
		Quarta prioridade.....nota 2
		Terceira prioridade.....nota 3
		Segunda prioridade.....nota 4
		primeira prioridade.....nota 5

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1999b).

Além dos critérios gerais, também foram definidos *critérios técnicos*, elaborados pelos diversos órgãos da administração municipal nas suas áreas específicas, e os *critérios regionais* que podem ser utilizados, se for necessário, nas regiões do OP para sistematização das prioridades dentro de cada uma das regiões. Os critérios são prioridade da microrregião ou comunidade, carência do serviço ou infra-estrutura e população atingida.

<sup>19</sup> Isto ocorre devido à complexidade técnica da instalação ou ampliação da rede de água e de esgoto (quanto ao DMAE), à obrigatoriedade da conclusão de obras em andamento e à repercussão financeira no

### 3.2 HISTÓRICO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O OP iniciou-se na administração municipal de Porto Alegre em 1989, com o prefeito Olívio Dutra (1989 até 1992). Depois ocorreram mais duas vitórias consecutivas nas eleições de Porto Alegre pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e coligados; Tarso Genro (1993 a 1996), vice de Olívio Dutra na gestão anterior, e o atual prefeito Raul Pont (1997 a 2000), ex-vice de Tarso.<sup>20</sup>

As três vitórias eleitorais consecutivas da Frente Popular (PT e partidos coligados), em Porto Alegre, fazem transparecer um tipo de gestão pública que parece ser bem aceita pela maioria da população do município.

Para um melhor entendimento da formação e do desenvolvimento do OP, que se pratica atualmente, necessita-se fazer uma periodização deste processo em dois momentos: eventos anteriores ao governo municipal do PT e coligados em Porto Alegre e, num segundo momento, durante este governo (ver Figura 3).

---

município decorrente do aumento de pessoal (SMED e SMS).

<sup>20</sup> A primeira gestão da Frente Popular era composta pelo PT e pelo ex-Partido Comunista Brasileiro (atual Partido Popular Socialista - PPS), na gestão 1993-1996 a coligação recebeu a adesão do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e do Partido Verde (PV), e na última eleição (1996) a Frente Popular foi composta pelo PT, PPS e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sendo todos partidos de esquerda.

FIGURA 3 – Evolução Histórica do Orçamento Participativo.

±1980	1989	1990	1991	1993	1999
PRIMEIRO MOMENTO	SEGUNDO MOMENTO				
	1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase	4ª Fase	
- fortalecimento do papel dos poderes locais (redemocratização e Constituição Federal de 1988).	- início do OP; - forte reivindicações dos movimentos comunitários; - ausência de resultados concretos.	- montagem de estrutura específica para a participação comunitária; - melhor situação financeira do município; - surgem o COP e o GAPLAN.	- aumento substancial da participação popular; - modifica-se o tipo de prioridades a escolher, caem as prioridades por regiões mais carentes e promovem-se as prioridades por setor de investimentos para todas as regiões.	- criam-se as Plenárias Temáticas (1994); - consolidação do OP.	

No *primeiro momento*, final da década de 1970 até o ano de 1988, ocorreram eventos que favoreceram a criação de um orçamento participativo nos moldes do praticado na capital gaúcha. Primeiramente, destaca-se que com a redemocratização brasileira, iniciada no final da década de 1970, os municípios foram os maiores beneficiários do ponto de vista tributário, conforme C. SOUZA (1998, p. 39-40), propiciando maior disponibilidade de recursos no nível local. Posteriormente, tem-se as tendências descentralizadoras da Constituição Federal de 1988, promovendo o fortalecimento do papel dos poderes locais, segundo C. SOUZA (1998, p. 40). Estes movimentos de fortalecimento das entidades locais, em direção à descentralização são

verificados, também, em toda a América Latina, mas em níveis distintos, segundo FACHIN & CHANLAT (1998, p. 25).

Em nível local, no início da década de 1980, ainda no primeiro momento, várias associações de bairros de Porto Alegre formaram alianças regionais dentro do município, destacando-se a União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA). Durante a administração do prefeito Alceu Collares<sup>21</sup>, de 1986 até 1988, iniciou-se a concepção da idéia de um orçamento participativo, com a perspectiva da efetivação deste; o que não ocorreu nesta administração, apesar das promessas de campanha e durante o mandato (ABERS, 1997, p. 5).

O *segundo momento*, que se inicia com o governo Olívio Dutra do PT em Porto Alegre (1989), pode ser dividido em 4 fases (FEDOZZI, 1997, p. 130-146). Estas fases foram definidas segundo as modificações na estrutura e na metodologia de distribuição dos recursos para investimento, modificações estas feitas após discussões do governo municipal com a comunidade participante.

A *primeira fase* (1989 a 1990) caracteriza-se pela inexperiência do novo Executivo e pelo cunho, fortemente, reivindicativo dos movimentos comunitários neste novo sistema orçamentário. Também, a ausência de resultados concretos<sup>22</sup> foi negativa para o OP. A frustração da população participante, nesta fase, verificou-se no baixo crescimento do número de participantes de 1989 para 1990 (ver Figura 4).<sup>23</sup> O OP iniciou dividindo a cidade em 5 regiões para consulta dos cidadãos.

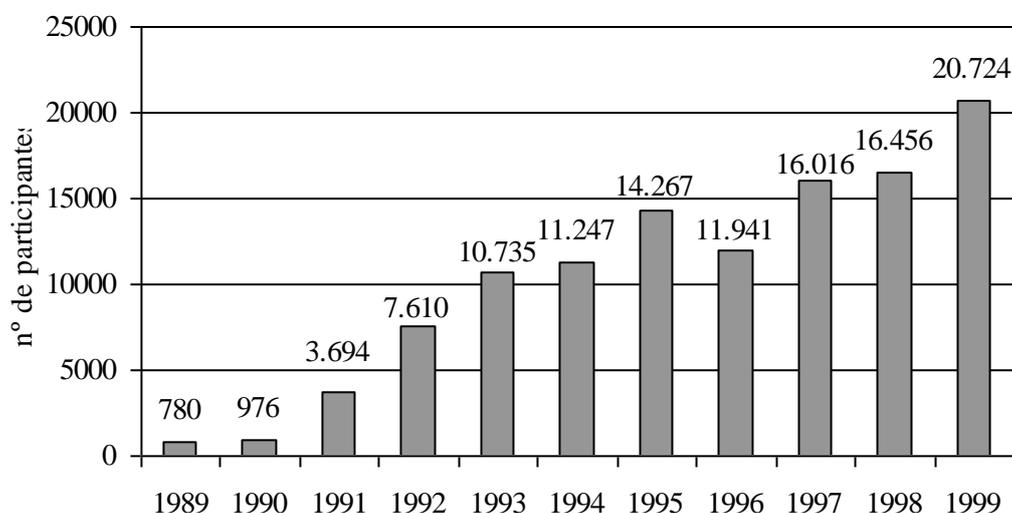
---

<sup>21</sup> Do Partido Democrático Trabalhista (PDT), de esquerda.

<sup>22</sup> Por causa da aguda crise financeira do município de Porto Alegre, herdada dos governos anteriores. Para uma descrição mais completa deste problema e do posterior saneamento financeiro da Administração do governo Olívio Dutra, ver CASSEL & VERLE (1994).

<sup>23</sup> Os dados completos de participação estão em anexo (ver o Anexo 2, p. 41-43).

FIGURA 4 – Evolução anual da participação popular no Orçamento Participativo – 1989-1999.



FONTE DOS DADOS: GAPLAN e CRC.

NOTA 1: Em todo o período estão computados os participantes na 1ª e 2ª rodadas das Assembléias Regionais.

NOTA 2: A partir de 1994 estão computados, também, os participantes na 1ª e 2ª rodadas das Plenárias Temáticas.

Na *segunda fase* (1990 a 1991), foram feitas modificações no planejamento municipal com a montagem de uma estrutura específica para a participação comunitária. Ocorre a introdução do planejamento estratégico; sistema de planejamento que interage, dialeticamente, com as modificações da realidade social da cidade. Assim, a organização e a execução do processo do OP passam a ser feitas pela Coordenação de Relações com a Comunidade (CRC) e pelo recém criado Gabinete de Planejamento (GAPLAN). O GAPLAN e a CRC são o elo entre o governo e a população. Surge a estrutura do COP. Pela primeira vez, é utilizada uma metodologia para a distribuição dos recursos, na qual eram eleitas cinco regiões mais carentes para receber 70% dos investimentos totais e os demais 30% para o restante das regiões. Além disso, com a melhor situação financeira da cidade<sup>24</sup>, o OP é fortalecido, tanto no Executivo quanto na participação da comunidade. Amplia-se o número de regiões para 16.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Cf. CASSEL & VERLE (1994).

<sup>25</sup> Convém destacar que esta regionalização do OP não é igual a que é mostrada na Figura 2, p. 6. Anteriormente ao ano de 1995, o atual território da região Ilhas/Humaitá/Navegantes estava subdividido em duas regiões (Ilhas e Humaitá/Navegantes), e a atual região Noroeste não existia, estando englobada na antiga região Eixo da Baltazar.

Na *terceira fase* (1991 a 1992), verifica-se um aumento substancial na quantidade de participantes (*cf.* Figura 4). Por razão do descontentamento dos representantes de várias regiões do OP modifica-se o tipo de prioridades a escolher, caem as prioridades por regiões mais carentes e promovem-se as prioridades por setor de investimentos (saneamento, pavimentação,...) para todas as regiões.

A *última fase* (1993 a 1995), segunda gestão do governo do PT em Porto Alegre, ocorrem algumas modificações no OP, e criam-se as Plenárias Temáticas em 1994, que somam-se as reuniões das 16 regiões da cidade (Assembléias Regionais). Além de abordar questões globais da cidade<sup>26</sup>, estas plenárias têm o objetivo de abrir espaço para a participação dos sindicatos, das associações profissionais, das entidades empresariais e de organizações não-governamentais.

No período de 1996 a 1999, verifica-se uma maior complexidade do OP, que tende a aumentar com o tempo, por causa do acréscimo quantitativo e qualitativo da participação da sociedade. Verifica-se, também, que a estrutura e o funcionamento do OP estão consolidados quanto à participação popular e aos órgãos municipais diretamente ligados ao OP (GAPLAN e CRC), mas não estáticos ou imutáveis como pode parecer aqui. Como pode-se constatar pelo histórico apresentado, o OP é um sistema dinâmico e qualificado de gestão urbana que vai se aperfeiçoando com a colaboração da sociedade. O que é comprovado pela escolha da experiência do Orçamento Participativo desta cidade como uma das 42 melhores práticas de gestão urbana do mundo, no ano de 1997, pelo comitê técnico da ONU (HABITAT II).<sup>27</sup>

---

<sup>26</sup> Visto anteriormente, *cf.* seção 3.1, p. 7.

<sup>27</sup> Experiência descrita em UTZIG & GUIMARAENS (1997) para esse evento.

## 4 DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Segundo GIACOMINI (1993, p. 12), o orçamento público possui duas finalidades principais: servir como instrumento para a programação dos trabalhos do governo e possibilitar o controle das finanças públicas. Com essa visão orçamental do município de Porto Alegre, pode-se captar as transformações sofridas no espaço urbano da cidade, tanto nos aspectos visíveis - novas infra-estruturas – quanto nos não visíveis – cidadania, desenvolvimento humano.

Neste capítulo é feita a análise dos orçamentos públicos municipais de Porto Alegre discutidas pelos cidadãos participantes e aprovadas pelo COP<sup>28</sup>; ou seja, através do OP. Primeiro, são mostrados alguns aspectos gerais do orçamento – os montantes monetários totais, as fontes de recursos e os órgãos executores (seção 4.1).

Num segundo momento, é analisada a distribuição dos investimentos nas 16 regiões do OP, mostrando-se algumas peculiaridades importantes deste processo (seção 4.2). E, por último, alguns comentários são feitos sobre a distribuição dos investimentos de caráter global à cidade (seção 4.3).

### 4.1 ASPECTOS GERAIS DO ORÇAMENTO

Os recursos públicos do município de Porto Alegre destinam-se as Administrações Direta e Indireta<sup>29</sup>, gastos no pagamento dos funcionários ativos e inativos, no custeio da máquina administrativa e nos investimentos. Todos esses gastos passam pela discussão do OP. Contudo, alguns desses gastos são considerados despesas rígidas, que só podem ser modificados a longo prazo ou por alteração de dispositivos legais (GABINETE DE PLANEJAMENTO, 1997, p. 11-12). São consideradas despesas rígidas as despesas com pessoal (incluindo os encargos sociais), os serviços essenciais (coleta de lixo, conservação do sistema viário,...), o pagamento do serviço da dívida e os percentuais mínimos para educação e saúde exigidos por lei<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Cf. seção 3.1, p. 7.

<sup>29</sup> A *Administração Direta* é constituída pelos diversos departamentos e secretarias municipais. Enquanto, da *Administração Indireta* fazem parte três autarquias e uma fundação.

<sup>30</sup> Deve-se destacar que os gastos mínimos exigidos em educação pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município, 25% e 30% da receita municipal respectivamente, são satisfeitos anualmente. Os gastos em saúde, igualmente, são satisfeitos em todos os anos; nunca inferior a 13% das despesas municipais, desconsiderando os recursos do Sistema Único de Saúde, conforme a Lei Orgânica do Município. Cf. Art. 164, § 2º (quanto a saúde) e Art. 183 (educação) da Lei Orgânica (PORTO ALEGRE, 1997) e Art. 212 (educação) da Constituição Federal (BRASIL, 1997).

Portanto, os recursos com maior controle efetivo do OP são os orientados para investimentos. Os investimentos giram em torno de 15% das receitas totais anuais nos últimos três anos do período (ver Tabela 2).

TABELA 2 – Totais de Despesas e Investimentos Públicos em Porto Alegre – 1995-1999.

Ano	Despesas (R\$)	Investimentos	
		(R\$)	(%)
1995	426.025.576,00	130.839.612,00	30,7
1996	510.910.533,00	104.314.050,00	20,4
1997	885.268.571,00	140.167.309,89	15,8
1998	1.006.475.920,00	148.675.539,00	14,8
1999	1.089.063.062,00	174.530.469,00	16,0

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1995, 1996, 1997a, 1998 e 1999a).

NOTA 1: Despesas e investimentos das Administrações Direta e Indireta.

NOTA 2: Considerando os recursos do Sistema Único de Saúde nos anos de 1997 até 1999.

Segundo o GABINETE DE PLANEJAMENTO (1997, p. 9) da prefeitura, a receita que é gasta anualmente pela municipalidade provém de dois tipos de receitas: a corrente e a de capital. A receita corrente, a maior, advém de tributação própria e de transferências estaduais e federais de governo. E a receita de capital é formada pelas receitas de operações de crédito<sup>31</sup>, venda de imóveis e de convênios.

## 4.2 INVESTIMENTOS NAS REGIÕES

Nesta seção são abordados os investimentos exclusivos para cada uma das regiões do OP, definidos nas Assembleias Regionais e Reuniões Intermediárias respectivas. E compreende o período de 1996 até o ano de 1999. A escolha do período está fundada na disponibilidade da base cartográfica digital e dos dados populacionais<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Quanto as operações de crédito destacam-se, nos últimos anos, os empréstimos da Caixa Econômica Federal (Pró-moradia e Pró-saneamento,), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), PRÓ-GUAÍBA, entre outros.

<sup>32</sup> Conforme já comentado anteriormente quanto a base cartográfica (cf. seção 2.1, p. 2) e os dados populacionais (cf. seção 2.2, p. 4).

Convém destacar que os investimentos exclusivos nas regiões são parte dos totais de investimentos (ver Tabela 3). O restante dos investimentos é direcionado para serviços e infra-estruturas que atingem, na maior parte das vezes, duas ou mais regiões; ou seja, investimentos considerados de toda a cidade<sup>33</sup>. Destaca-se o aumento tanto dos investimentos totais quanto dos investimentos nas regiões, e o quase constante percentual, entre 24 e 26%, destes investimentos em relação a aqueles.

TABELA 3 – Investimentos Públicos Totais e nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1996-1999.

Ano	Investimentos Totais (R\$)	Investimentos nas Regiões	
		(R\$)	(%)
1996	104.314.050,00	25.940.929,00	24,9
1997	140.167.309,89	33.886.914,00	24,2
1998	148.675.539,00	39.890.917,75	26,8
1999	174.530.469,00	42.627.981,99	24,4

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1996, 1997a, 1998 e 1999a).

NOTA: Investimentos custeados pelas receitas das Administrações Direta e Indireta.

A análise dos investimentos nas regiões do OP é importante porque mostra, de um lado, as demandas e as necessidades dos cidadãos participantes de cada região, de caráter local; e, de outro, a existência de uma organização e uma disciplina na distribuição desses investimentos.

A seguir são mostrados os mapas (Figuras 5, 6, 7 e 8) com a espacialização desses investimentos nas 16 regiões do OP em cada ano do período analisado. Nesses mapas estão os investimentos nos diversos temas da administração municipal (saneamento básico, habitação, pavimentação, saúde,...) em cada região.<sup>34</sup>

No ano de 1996, Figura 5, as regiões Lomba do Pinheiro e Extremo-Sul foram as que receberam os maiores montantes de investimentos. Enquanto as regiões Centro e Restinga receberam menos. Os temas que receberam mais investimentos no total foram: em primeiro lugar a pavimentação, depois o saneamento básico, política habitacional e educação.

<sup>33</sup> Esses investimentos são tratados na seção 4.3, p. 27-28.

<sup>34</sup> Os dados completos dos investimentos descritos nesses mapas estão em anexo (ver o Anexo 3, p. 44-52).

Em 1997, Figura 6, três regiões se destacam como maiores recebedores de investimentos: Extremo-Sul novamente, Restinga e Eixo da Baltazar. E as que receberam menos foram a Centro, Noroeste, Lomba do Pinheiro e Ilhas/Humaitá/Navegantes. Novamente os temas que se destacam são, em ordem distinta ao ano anterior, Política habitacional, pavimentação, saneamento básico e educação.

No ano de 1998, Figura 7, a região que recebeu os maiores investimentos foi a Ilhas/Humaitá/Navegantes, seguida, com bem menos investimentos que esta, pela Centro. E os menores investimentos foram para as regiões Cristal, Restinga e Extremo-Sul. Os temas privilegiados em investimentos, no total, foram pavimentação, saneamento básico, política habitacional e saúde, que ficou a frente da educação.

No último ano de análise (1999), Figura 8, as regiões que receberam os maiores montantes de investimentos foram: Cristal, Nordeste e Partenon. Enquanto as regiões Restinga, Noroeste e Ilhas/Humaitá/Navegantes receberam menos. Os temas de saneamento básico, pavimentação, política habitacional e educação são os que receberam mais investimentos do total.

FIGURA 5 – Distribuição dos Investimentos nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1996.

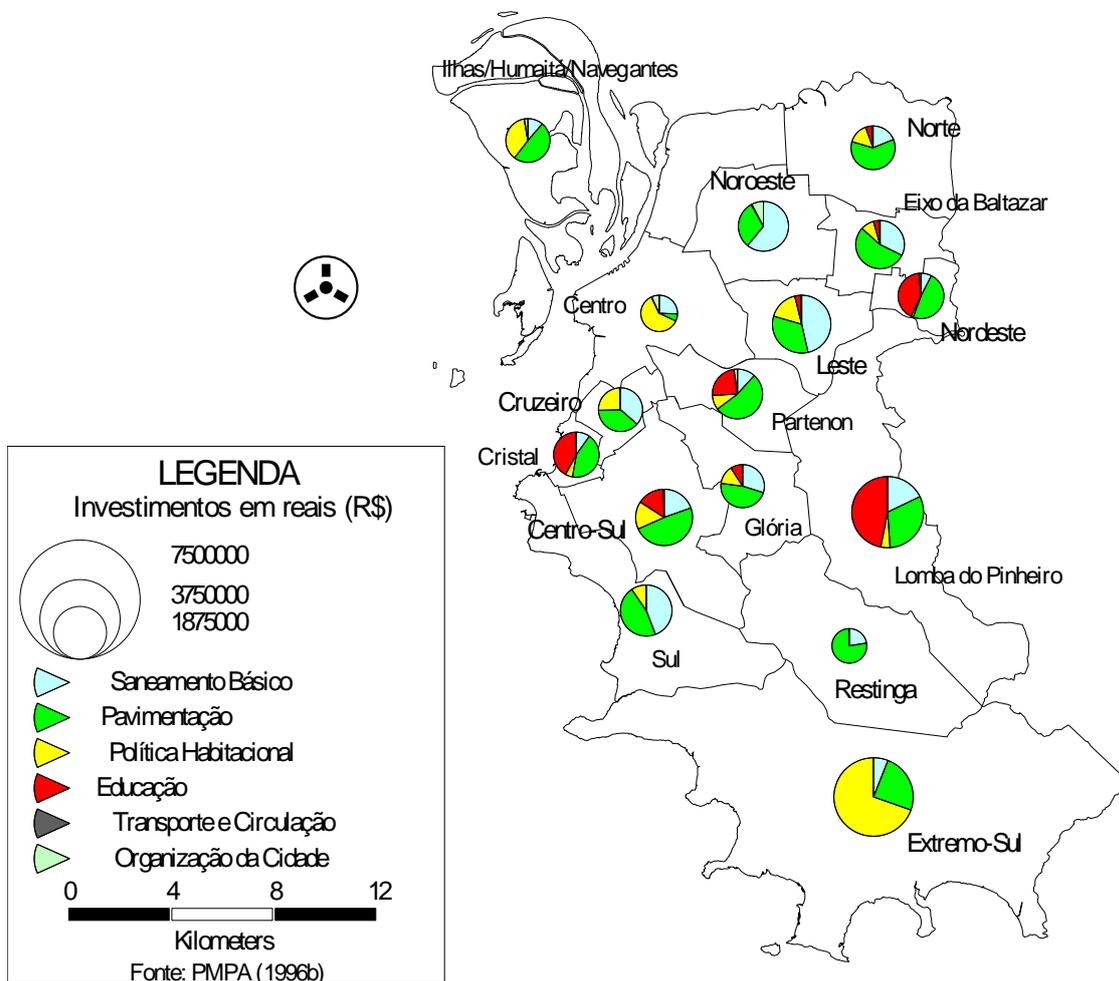


FIGURA 6 – Distribuição dos Investimentos nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1997.

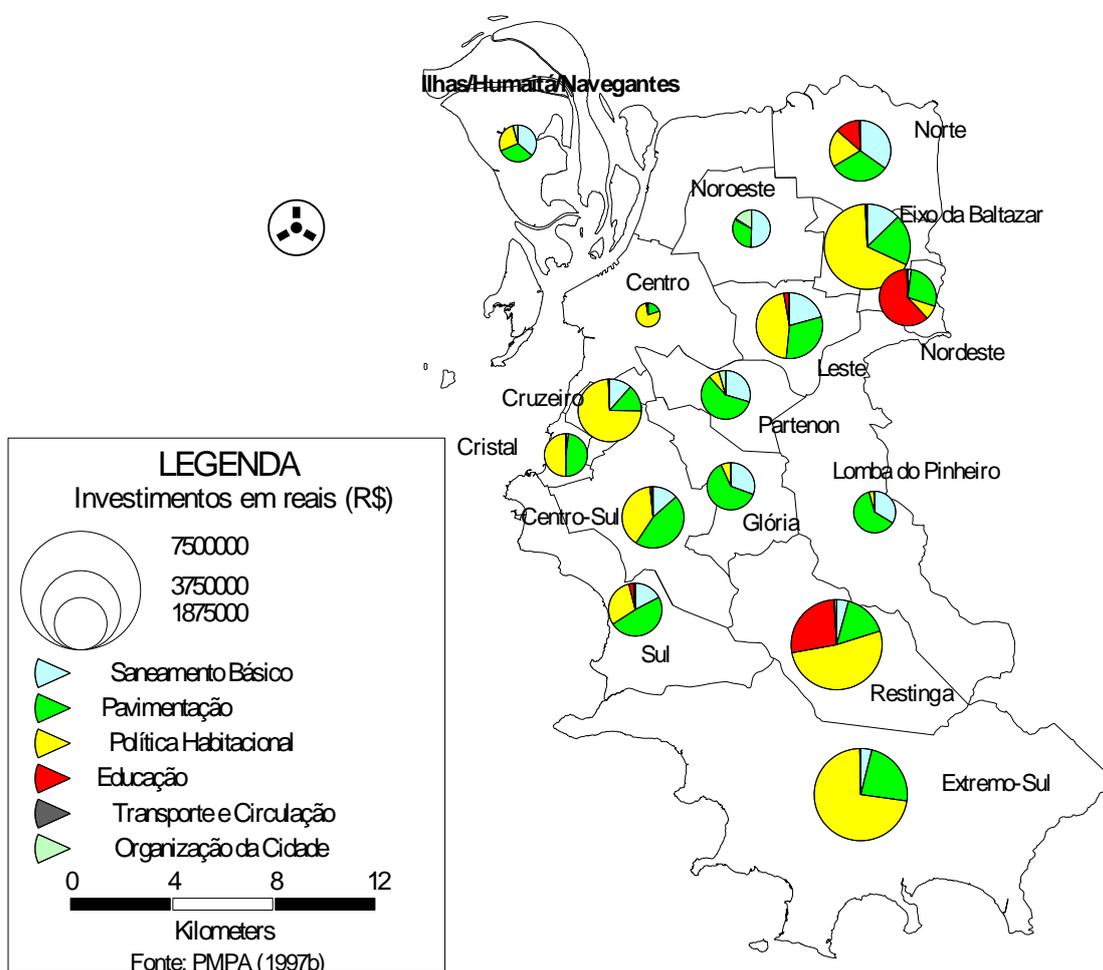


FIGURA 7 – Distribuição dos Investimentos nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1998.

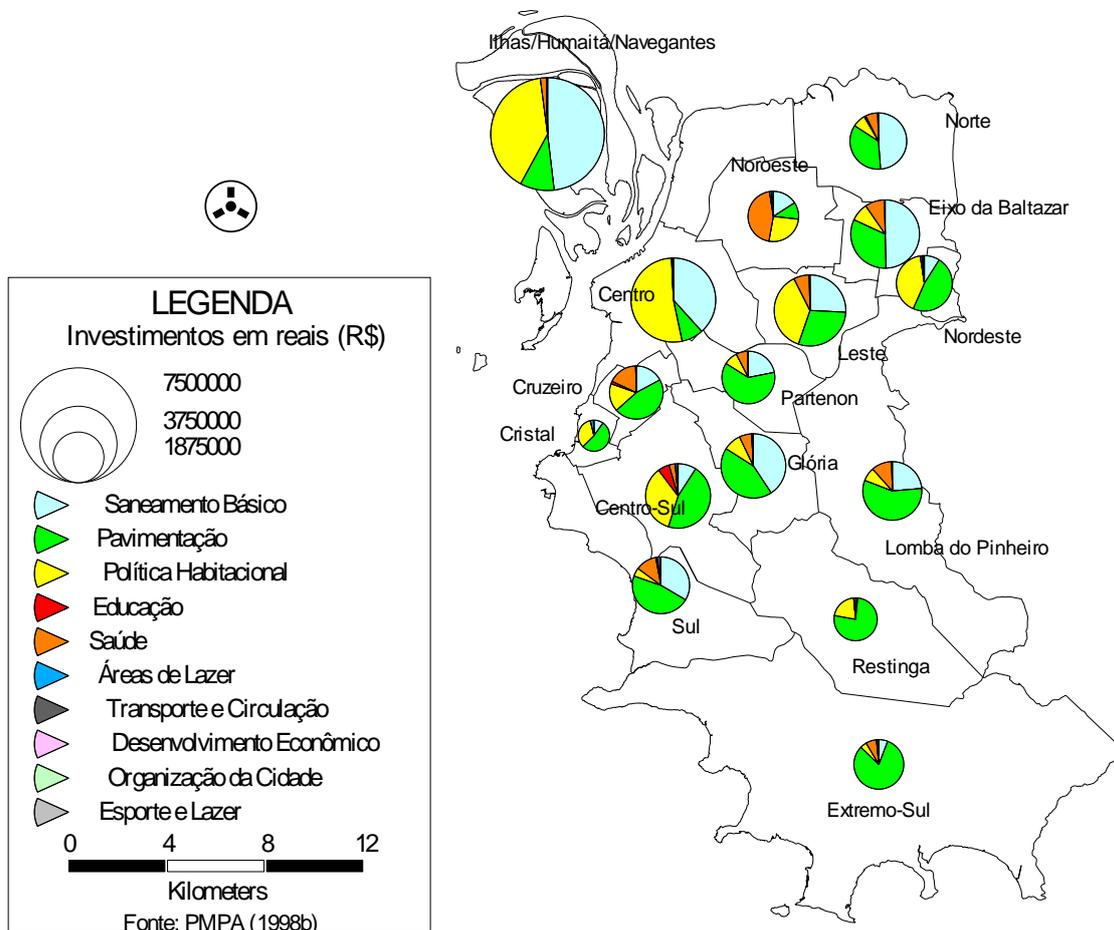
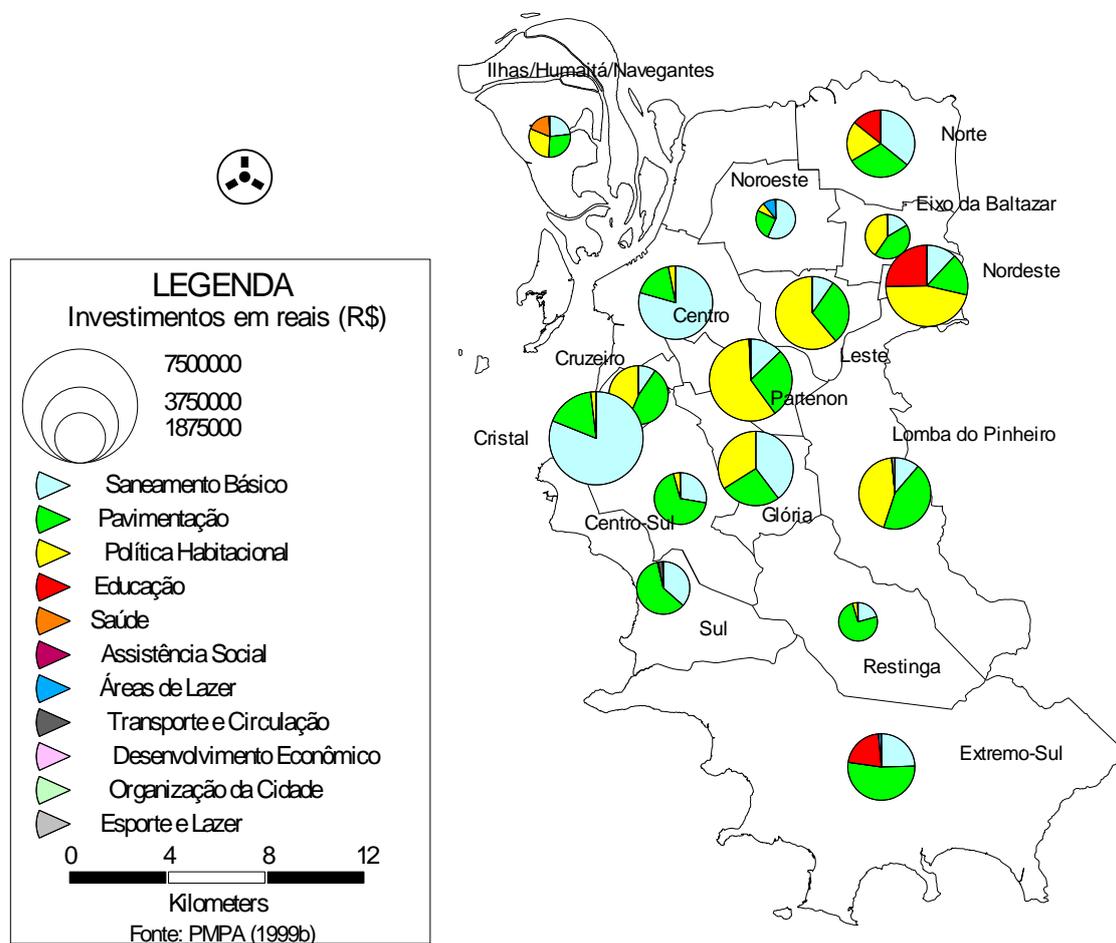


FIGURA 8 – Distribuição dos Investimentos nas Regiões do Orçamento Participativo em Porto Alegre – 1999.



Do conjunto desses mapas verifica-se a descentralização dos investimentos no território de Porto Alegre. Principalmente quando verifica-se o pouco investimento na Região Centro nos anos de 1996 e 1997 em comparação as outras regiões. Isto porque esta região historicamente foi e ainda é privilegiada em termos de serviços e infra-estruturas públicos e privados, conhecida como área central.

Essa descentralização leva a crer na criação e no desenvolvimento de vários núcleos secundários<sup>35</sup>. Com efeito, a infra-estrutura implantada e as facilidades de transporte provenientes dos investimentos, principalmente em saneamento básico e pavimentação, favorecem o surgimento de áreas atrativas não centrais no município.

Além disso, verifica-se que nenhuma região é privilegiada, em relação as outras, em vários anos consecutivos. Tome-se um exemplo, nos anos de 1996 e 1997 (Figuras 5 e 6), a região Extremo-Sul é a que recebe os maiores montantes de investimentos. Mas no ano de 1998 (Figura 7) a Extremo-Sul é uma das regiões que recebe menos investimentos. Essa “pulsção” dos investimentos que ocorre de um ano para o outro parece ocorrer de forma aleatória e desorganizada, mas justifica-se que seja assim pelo fato desse fenômeno nascer das diversas necessidades dos cidadãos das mais diferentes partes da cidade.

Dos mapas constata-se, também, que a maioria dos investimentos vão para três temas: saneamento básico, pavimentação e política habitacional. Como exemplos comuns tem-se a construção de redes de esgoto, canalização de "valões", construção de ruas e de estradas novas, pavimentação de ruas já existentes, compra de áreas de reassentamento, urbanização de vilas populares, entre outros. Percebe-se, assim, as carências de infra-estrutura básica na cidade, carências que aparecem desde o início do OP em todos os planos de investimentos municipais<sup>36</sup>.

Para medir a concentração desses investimentos foi utilizado o coeficiente de Gini, conforme já discutido quanto a metodologia (*cf.* seção 2.2, p. 2-4).

Antes disso, verifica-se um aspecto importante dos números totais de população das regiões do OP (Tabela 4). Há uma grande variação dos totais de habitantes entre as regiões. A região Centro é a de maior população, com 271.294 habitantes, e a região Extremo-Sul a de menor, com 23.905 habitantes. E, pelo que se verifica nos mapas, nem a região de maior população é privilegiada como também nem a de menor população é

---

<sup>35</sup> Os núcleos secundários são regiões dentro de uma cidade que, como uma área central, atraem comércio, capital e/ou contingentes populacionais. Para uma melhor descrição desse tipo de forma urbana – o núcleo secundário - e do respectivo processo gerador – a descentralização – ver CORRÊA (1995).

<sup>36</sup> Conforme PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (1991, 1992, 1993, 1994 e 1995).

desfavorecida quanto aos montantes de investimentos, na maior parte do período em análise. O que comprova que os critérios de carência e de prioridade temática de cada uma das regiões são tão importantes quanto o de população para a distribuição dos investimentos através do OP.<sup>37</sup> Há, também, uma aparente desorganização na distribuição dos investimentos, levando em conta todo o conjunto da população.

TABELA 4 – População por Região do Orçamento Participativo – 1996-1999.

Região do OP	População (hab.)
Ilhas/Humaitá/Navegantes	48.199
Noroeste	127.574
Leste	110.451
Lomba do Pinheiro	48.368
Norte	88.614
Nordeste	24.261
Partenon	114.127
Restinga	45.999
Glória	37.439
Cruzeiro	64.952
Cristal	30.054
Centro-Sul	101.397
Extremo-Sul	23.905
Eixo da Baltazar	86.057
Sul	62.837
Centro	271.294
<b>Total</b>	<b>1.285.528</b>

FONTE: GAPLAN/CRC/SPM/SMS.

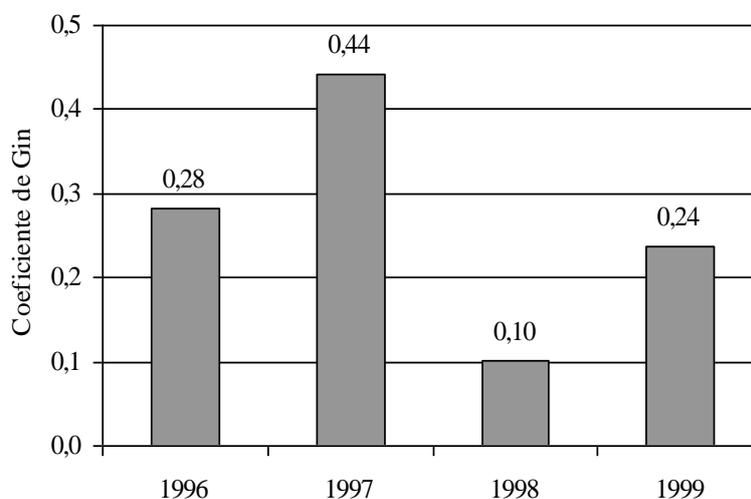
Apesar dessa aparente má distribuição dos investimentos, os resultados dos Coeficientes de Gini (Figura 9)<sup>38</sup>, que levam em conta a população e o total de investimentos de cada região do OP, estão todos abaixo de 0,45 e têm como médio 0,26, o que mostra uma boa distribuição dos investimentos através do OP<sup>39</sup>. No ano de 1998 ocorre a melhor distribuição dos investimentos e em 1997 a pior do período.

<sup>37</sup> Conforme dito anteriormente (cf. seção 3.1, p. 9-10).

<sup>38</sup> Os cálculos estão no Anexo 1, p. 36-40.

<sup>39</sup> Lembrando que os valores do Coeficiente de Gini variam entre 0 e 1. Valores mais próximos de 0 significam maior distribuição e próximos de 1 maior concentração (cf. seção 2.2, p. 3).

FIGURA 9 – Coeficiente de Gini para a regionalização do Orçamento Participativo – 1996-1999.



Em suma, a *descentralização*, verificada nos mapas, e a *boa distribuição*, conforme os Coeficientes de Gini, dos investimentos através do OP caracterizam a boa funcionalidade desse processo de gestão de recursos públicos. Além do mais, deve-se destacar, também, que este processo não é casual ou aleatório, como pode parecer aqui. A distribuição dos investimentos é feita levando-se em conta as necessidades da população participante, como fica bem claro aqui, mas também os critérios técnicos<sup>40</sup>; destacando-se o trabalho do corpo técnico da administração municipal. O sistema do OP trata-se, portanto, de uma unificação importante e imprescindível dos sentimentos populares (planejamento participativo) e das questões técnicas das diversas áreas da administração de uma municipalidade (planejamento técnico).<sup>41</sup>

<sup>40</sup> Conforme visto anteriormente (*cf.* seção 3.1, p. 10).

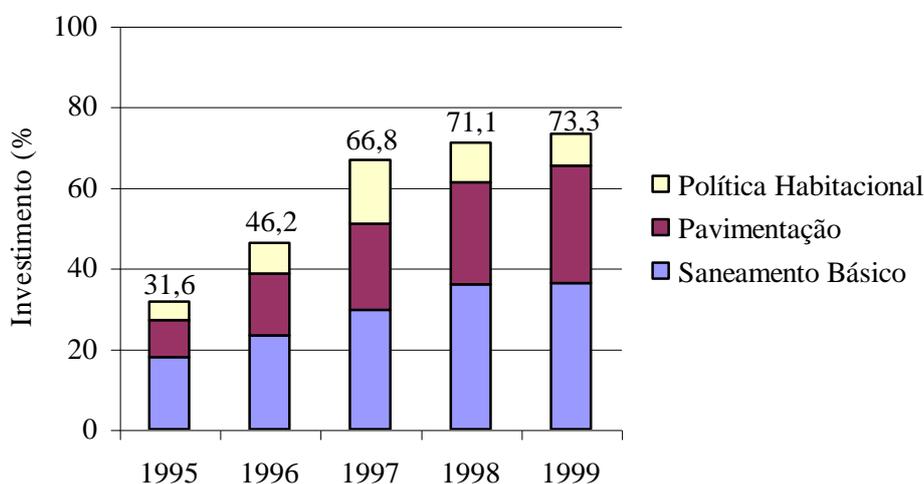
<sup>41</sup> A vinculação entre a técnica (dos técnicos) e as reivindicações (dos cidadãos) no ato de planejar, e que está presente no OP, é um aspecto fundamental para o êxito de qualquer empreitada nesse sentido, conforme VALVERDE (1985, p. 98-99) e PESSOA (1988, p. 30). Contudo, a questão crucial é eminentemente *política*, ou seja, da negociação entre os diversos atores, segundo PINTO (1985, p. 59) e M. L. de SOUZA (1998, p. 23-24). Com efeito, toda questão técnica, também, tem um teor político, pois sempre aparecem interesses, dos mais diferentes tipos, de indivíduos ou de coletividades.

### 4.3 INVESTIMENTOS EM TODA A CIDADE

Os investimentos tratados aqui não são direcionados para uma única região do OP, e sim para um conjunto de regiões ou toda a cidade. Convém destacar que mesmo antes do surgimento das Plenárias Temáticas<sup>42</sup>, no ano de 1994, já haviam investimentos de caráter global, mas algumas áreas não recebiam montantes de forma sistemática como passou a ocorrer a partir destas. Nesse contexto, são abordados aqui alguns pontos que merecem destaque.

Primeiramente, a maior parcela dos investimentos para toda a cidade é direcionada para três temas, como ocorre nos investimentos exclusivos às regiões, que são: saneamento básico, política habitacional e pavimentação. Esses temas, portanto, recebem os maiores montantes de recursos para investimento, acima dos 60% do total nos últimos três anos, através do OP, como pode ser visto nos percentuais totais consolidados de investimentos na Figura 10.<sup>43</sup>

FIGURA 10 – Percentuais Totais de Investimentos Públicos em Saneamento Básico, Pavimentação e Política Habitacional em Porto Alegre – 1995-1999.



Dessa figura verifica-se, também, o crescente aumento dos percentuais totais dos temas em questão. Dois fatores podem justificar esse comportamento, de um lado, uma grande carência nessas áreas ainda presente na cidade por causa de uma dívida social

<sup>42</sup> O caráter e o objetivo das Plenárias Temáticas do OP foram vistos na seção 3.1, p. 7.

<sup>43</sup> Os dados completos, com os valores monetários, estão em anexo (ver o Anexo 4, p. 53).

histórica. E, de outro, com o aumento de infra-estrutura implantada, principalmente em saneamento e pavimentação, ocorre, também, um aumento nos gastos com a manutenção destes.

Quanto aos gastos exclusivos em saneamento básico ressalta-se uma parcela que é direcionada a questões ambientais<sup>44</sup>. A construção de estações de tratamento de esgotos e de redes de esgoto onde não haviam são alguns exemplos de investimentos nesse sentido.

A partir do ano de 1995, com os investimentos dirigidos pelas Plenárias Temáticas, ocorre uma melhor sistematização da distribuição dos recursos para algumas áreas temáticas, de cunho global como já foi dito anteriormente.<sup>45</sup>

Porém, abordaremos somente os temas de Desenvolvimento Econômico e Tributação e de Educação, Cultura e Lazer, analisando essencialmente o desenvolvimento econômico e a educação respectivamente. Não por causa dos montantes de investimentos nessas áreas, que são pouco expressivos quantitativamente<sup>46</sup>, e sim pelo teor significativo do tipo de empreendimentos beneficiados. Como exemplos de ações na área de desenvolvimento econômico tem-se: a reforma de galpões de coleta seletiva de lixo, o auxílio à criação e o desenvolvimento de Regiões de Potencial Tecnológico (REPOT)<sup>47</sup>, a efetivação de programas de geração de renda<sup>48</sup>, entre outros. Percebe-se, assim, que as inversões visam as populações de baixa renda e o desenvolvimento tecnológico local.

Na área de educação os exemplos de atividades ou programas que recebem investimentos são: creches comunitárias, Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA), construção de novas salas de aula e de prédios, e outros. Na próxima seção deste trabalho (capítulo 5), o contexto tratado aqui – investimentos em desenvolvimento econômico e em educação – é retomado no âmbito de um desenvolvimento humano<sup>49</sup>.

---

<sup>44</sup> Essas questões ambientais possuem, na verdade, duas dimensões que estão relacionadas: uma *humana* – da relação insalubre entre determinados estratos sociais e seu entorno – e uma *natural* – da eliminação ou transformação de entes vivos e inanimados por estes mesmos estratos sociais. O tipo de investimento tratado aqui parece, portanto, providenciar uma melhor qualidade de vida (humana) e da natureza.

<sup>45</sup> Cf. seção 3.1, p. 7.

<sup>46</sup> Ver Anexo 5, p. 54.

<sup>47</sup> As REPOT's são condomínios de empresas de base tecnológica, que objetivam o desenvolvimento econômico e tecnológico de cidade de Porto Alegre.

<sup>48</sup> Esses programas estão voltados a ações coletivas para a população excluída. Ações de cooperação ou associação como padarias, lavanderias comunitária e associações de costureiras são exemplos desses programas.

<sup>49</sup> *Desenvolvimento Humano* é a "...ação – em particular aquela do Estado, mas também a de outras formas de ação coletiva – ...na melhoria das condições sociais de vida, particularmente daqueles que não alcançam os níveis considerados mínimos em cada época e sociedade" (CORAGGIO, 1997b, p. 32).

## 5 O ESPAÇO DA PARTICIPAÇÃO

Pelo que foi exposto até aqui nota-se que a participação dos cidadãos porto-alegrenses é um ponto de destaque do OP. Esta participação tem sido, até mesmo, usada como um elemento de publicidade pelo governo municipal<sup>50</sup>. Convém, portanto, refletir sobre algumas características importantes nos campos do planejamento urbano, no âmbito público, e, conseqüentemente, do desenvolvimento sócioeconômico em nível local, e, também, da ciência geográfica.

Primeiramente, o OP pode ser definido como um modo de fazer planejamento participativo, chamado também democrático ou inovador. Em contraposição ao planejamento conhecido como tecnocrático (controlador ou alocativo).<sup>51</sup> Sendo o primeiro caracterizado pela participação popular, e o outro pelo trabalho do técnico ou urbanista. Mas esta classificação do planejamento pode conduzir a imprecisões na análise de processos existentes de gestão.

No caso do OP, verifica-se que o planejamento, que se reflete no direcionamento dos investimentos públicos, possui um caráter técnico e outro reivindicativo dos setores populares (*cf.* seção 4.2, p. 26). E este duplo caráter se expressa, portanto, numa dupla lógica de planejamento, mostrada em termos genéricos em PINTO (1985, p. 45-46), uma *descendente* – do Estado – que se baseia na escassez de recursos e a outra *ascendente* – dos setores populares – que se baseia nas necessidades destes setores. Além disso, à lógica descendente acrescenta-se as questões estritamente técnicas verificadas nos Critérios Técnicos do OP (*cf.* 3.1, p. 10). O que ocorre no OP é uma interação entre estes dois movimentos. Não se trata de dois processos distintos, e sim da adequação de condições e de meios (financeiros e técnicos) a fins elegidos (pelos setores populares). Isto mostra, portanto, que o planejamento através do OP é uma *ação racional*. Além do mais, o OP funciona através de *ações centralizadas e coordenadas*, pois as diversas atividades da administração municipal passam em última instância pelo COP, que é composto por representantes do governo e da população (*cf.* seção 3.1, p. 7).

---

<sup>50</sup> Neste comentário não se está fazendo, de maneira alguma, um juízo de valor, e sim uma constatação do que se veicula em televisão e rádio em Porto Alegre, através do informe publicitário *Cidade Viva*.

<sup>51</sup> Sobre os conceitos e as características dos planejamentos participativo e tecnocrático ver WILHEIM (1976).

Explica-se, assim, que o OP é um sistema complexo mas, também, organizado e racional de planejamento.<sup>52</sup>

Quanto a participação popular, é importante destacar o que segue:<sup>53</sup>

- 30,22% recebem até dois salários mínimos de renda (maior grupo em relação a renda) e 55,73% até quatro salários mínimos;
- 61,11% têm escolaridade até o 1º grau, sendo que somente 2,98% são pessoas sem instrução;
- 66,89% participam de entidades da sociedade civil (associação de moradores, conselho popular, sindicato, clube de mães, partido político,...); e
- 40,90% fazem parte de associações de moradores (entidades de maior poder agregador).

Das informações desta pesquisa e o que foi visto nos capítulos anteriores deste trabalho nota-se características relevantes da participação no OP.

Em primeiro lugar, verifica-se uma participação majoritária de pessoas de renda baixa (até dois salários mínimos) e, também, de baixa escolaridade. Estas pessoas, entretanto, mostram um poder de organização e de reivindicação muito fortes. Este poder se explica, num primeiro momento e em parte, pela necessidade de serviços e de infra-estruturas básicas por parte desta população. E estas necessidades ficam bem nítidas quando observa-se a direção de grandes montantes de investimentos (*cf.* seções 4.2, p. 24, e 4.3, p. 27).

Além disso, este poder popular parece estar relacionado à proximidade ou vizinhança entre estas populações das regiões do OP, o que é justificado pela grande participação das associações de moradores (vizinhos ou próximos)<sup>54</sup>. Em termos genéricos, conforme SANTOS (1997a, p. 255 e 272), a proximidade favorece a comunicação entre vizinhos, o que cria a solidariedade e então surge a organização. Esta organização das entidades populares parece comandar o OP. Um exemplo disto é o ocorrido no surgimento das plenárias temáticas no OP. Um dos objetivos destas

---

<sup>52</sup> As definições de ações *racional*, *centralizada* e *coordenada*, em termos gerais, foram obtidas em PESSOA (1988, p. 20-21).

<sup>53</sup> Resultados de pesquisa em que foram entrevistadas 1.039 pessoas entre 11.790 presentes nas assembleias regionais e nas plenárias temáticas da 1ª rodada do OP, representando 8,81% do total de participantes. Sendo que a margem de erro dos resultados é de 4% e a confiabilidade de 95% (OLEGÁRIO FILHO; BAIOCCHI; BRUNET et al, 1998).

<sup>54</sup> Há, sobre o assunto da força ou poder das populações mais pobres dentro das cidades, dois trabalhos de caráter filosófico e geográfico fundamentais para a compreensão deste fenômeno. São os textos encontrados em SANTOS (1997a e 1997b).

plenárias<sup>55</sup> era abrir espaço para a participação de outras entidades organizadas (sindicatos, das associações profissionais,...), entretanto verifica-se o domínio nestas plenárias por parte das entidades associativas de bairro (associações de moradores), conforme FEDOZZI (1997, p. 144). Ocorrendo, portanto, uma sobreposição de espaços de participação entre Regiões e Temáticas.

Outro exemplo da força popular é um fato ocorrido em 1994. Na época havia uma grande discussão entre o executivo e o legislativo quanto a regulamentação legal do OP<sup>56</sup>, aquele querendo a continuidade do OP sem regulamentação<sup>57</sup> e este a favor da regulação. O que aconteceu naquele ano foi a aprovação do Regimento Interno pelo COP, baseado num projeto de iniciativa popular; estabelecendo um caráter normativo interno ao funcionamento do OP, conforme FEDOZZI (1997, p. 146). Convém destacar que o OP sempre teve uma relação um tanto conflituosa com a Câmara de Vereadores (legislativo). Com efeito, a aprovação do orçamento municipal é feita pela Câmara, conforme a lei. Contudo o processo do OP cria uma legitimidade para a pressão social, com o objetivo de obrigar a aprovação do orçamento pelos vereadores segundo o que é decidido pelo OP; qualquer emenda é vista como ingerência indevida (GONZÁLEZ, 1998, p. 197).

A comunicação é um elemento importante do processo do OP. Com efeito, as deliberações do OP são feitas após discussões em diversos planos; entre os moradores dentro das regiões e entre a população (conselheiros e delegados do OP) e o governo (técnicos), isto é, na troca de informações e na negociação entre os atores deste processo<sup>58</sup>. Explica-se, assim, que os cidadãos participantes conhecem muito bem os assuntos referentes a administração municipal, e o governo evidentemente conhece as necessidades da população da cidade. E, da mesma forma que a comunicação entre vizinhos, esta comunicação entre os diversos atores do OP possibilita a criação de uma solidariedade pela cidade de Porto Alegre. E esta solidariedade cresce a medida que as necessidades básicas da população são satisfeitas e começa-se a pensar e a querer “algo mais”.

---

<sup>55</sup> Cf. seção 3.2, p. 15.

<sup>56</sup> Cf. nota de rodapé 10, p. 5.

<sup>57</sup> Na verdade o governo municipal, internamente, tem duas posições sobre o tema: uma a favor da regulamentação, garantindo a continuidade do OP mesmo numa eventual derrota eleitoral da Frente Popular; e uma posição contrária a regulamentação, alegando que o processo de orçamento perderia o dinamismo, além de permitir ao legislativo decidir sobre o formato do processo, em detrimento do executivo, conforme FEDOZZI (1997, p. 146) e GONZÁLEZ (1998, p. 197).

<sup>58</sup> Cf. seção 3.1, p. 5-10.

Dai decorre a conclusão de que esta solidariedade está relacionada à laços culturais e dessa maneira a identidade<sup>59</sup> – pelo bairro, pela região, pela cidade. Aparecem, portanto, três elementos sócio-espaciais no OP: a proximidade, a solidariedade e a organização. E esses elementos provêm de um processo histórico das comunidades organizadas porto-alegrenses, que começa a se desenvolver, principalmente, a partir da redemocratização do país, no final da década de 1970 (cf. seção 3.2, p. 12-13).

A identidade e a força destas comunidades no OP podem ser retratadas pela fala de um cidadão em uma assembléia regional<sup>60</sup>: “...nóis *somo analfabeto mas nóis não somo burro...*”. O uso deste exemplo se justifica por uma idéia do educador Paulo Freire e de outros pensadores: “*A linguagem tem a ver com as classes sociais, sendo que a identidade e o poder de cada classe se refletem na sua linguagem*” (FREIRE apud GADOTTI & DUQUE-ESTRADA, 1998, p. 733).

Nestes últimos parágrafos destacou-se a força da participação comunitária de populações de renda baixa, o que pode parecer que através do OP só é focalizada a pobreza; ou seja, os investimentos são direcionados exclusivamente para amenizar a pobreza. Isso não é correto, pois há alguns investimentos direcionados para a *economia popular urbana* (cf. seção 4.3, p. 28)<sup>61</sup> que é

“...formada pelas unidades domésticas de trabalhadores e suas variadas formas organizativas – unipessoais, familiares, comunitárias, cooperativas [o OP privilegia as duas últimas formas] – cujo sentido está dado pela utilização de seu fundo de trabalho com o objetivo de conseguir a reprodução intergeracional da vida de seus membros – biológica e

---

<sup>59</sup> Em realidade aparecem dois tipos de identidades orgânicas no OP: uma identidade territorial, dos grupos territoriais (de bairro por exemplo), e outra funcional, de profissionais, cultural, esportiva. Sendo a primeira muito forte e a segunda começa a aparecer timidamente, principalmente, nas plenárias temáticas.

<sup>60</sup> Fala testemunhada pelo autor na 2ª rodada da assembléia da região Ilhas/Humaitá/Navegantes, em 15/jun./1999.

<sup>61</sup> Os investimentos públicos direcionados para a “pobreza” juntos com os investimentos para o desenvolvimento tecnológico local têm um caráter intersocial, ou seja, de atingir várias camadas sociais. Isto é importante porque caracteriza-se como uma distribuição *para todos* realmente, tanto populações de renda baixa quanto de renda média. Com efeito, a camada de renda média brasileira também está sofrendo grandes perdas com a crise, que atinge a quase todos os setores econômicos. Além disso, o desenvolvimento tecnológico local pode desdobrar-se, quando fiscalizado pela sociedade, em benefícios para as camadas mais pobres. Neste último ponto destaca-se, também, o papel da educação básica para estes estratos da população.

cultural – em condições sempre melhores” (CORAGGIO, 1997a, p. 237-238).<sup>62</sup>

Essas considerações são feitas no sentido de verificar o surgimento de uma autonomia popular, tanto política quanto econômica. Em termos genéricos,

“A autonomia constitui,..., a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de *auto-instituição da sociedade* rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não raro doloroso, mas fértil, de *discussão livre e ‘racional’* por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e dos acertos do passado, das metas materiais e espirituais da verdade e da justiça [sem grifos no original]” (M. L. de SOUZA, 1995, p. 105-106)<sup>63</sup>.

Tudo leva a crer, portanto, que o OP é um meio de aproximação a esta autonomia. Com efeito, o OP é um processo que está sendo comandado pelos cidadãos, pelo menos pelos que querem participar, através da discussão livre e racional entre estes e o governo.

---

<sup>62</sup> Sobre a construção de economias populares e a discussão genérica do assunto ver CORAGGIO (1993 e 1997a).

<sup>63</sup> Sem grifos no original.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os capítulos deste trabalho encontram-se informações e idéias, algumas implícitas, que podem servir para se chegar a interpretações diferentes ou não imaginadas por este autor. Este trabalho pode servir, portanto, como subsídio para outros, dentro das temáticas do planejamento territorial e urbano, da ciência política, da economia e, evidentemente, da geografia.

Em suma, as principais conclusões da análise do processo do OP são as seguintes:

- o OP é um processo dinâmico, ou seja, ele vai sofrendo transformações na estrutura e no funcionamento no sentido do aperfeiçoamento do processo;
- o OP é um processo de descentralização e de boa distribuição dos investimentos públicos;
- o OP é um processo em que se expressam as necessidades e as demandas de setores populares da cidade e, conseqüentemente, o poder destes;<sup>64</sup>

Quanto a lógica do planejamento de Porto Alegre através do OP verifica-se que o ponto inicial, no sentido de lugar fixo e determinado, é o indivíduo (morador de um lugar). Este indivíduo percebe que seus próximos (vizinhos) têm carências e necessidades semelhantes, e disto formam-se coletividades organizadas. E, num ponto final, estas coletividades juntam-se a outras coletividades, de outros lugares, para decidir o que irão fazer por todos<sup>65</sup>. Daí decorre a conclusão de que o OP possui uma lógica *individual-coletiva*.<sup>66</sup>

Além do mais, novos questionamentos surgiram no desenvolvimento deste trabalho, suscitando novas abordagens. Primeiramente, o aprofundamento da análise da

---

<sup>64</sup> Conforme o geógrafo francês Claude Raffestin, “...existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais” (RAFFESTIN, 1993, p. 17). No caso do OP se verifica a manifestação do poder (local) de estratos da população através do governo municipal. Explica-se, assim, que o autor deste trabalho acredita numa certa perda de controle das decisões do governo frente as comunidades participantes deste processo.

<sup>65</sup> A palavra *todos* pode parecer exagerada aqui, mas examinando a estrutura do OP, levando em conta principalmente seus critérios gerais para distribuição dos investimentos, justifica-se o uso desta palavra.

<sup>66</sup> O *pensamento individual-coletivo* deve partir do indivíduo dentro de sua coletividade; não deve ser construído somente por um grupo, restrito, de “notáveis”, ou detentores deste conhecimento, e nem numa ótica puramente individualista, ou de busca de benefícios privados. As duas advertências anteriores são semelhantes ao que o filósofo francês Alain Touraine diz, dentro da história da democracia no mundo, sobre a separação progressiva dos princípios de soberania popular e dos direitos do homem. Segundo ele, “a idéia de soberania popular tendeu a deformar-se numa idéia de um poder popular que faz pouco caso da legalidade e se enche de aspirações revolucionárias, enquanto a defesa dos direitos do homem em muitas vezes reduziu-se à defesa da propriedade” (TOURAINÉ, 1994, p. 344).

evolução de elementos de utopia social – equidade, justiça, liberdade – se faz necessário no sentido de verificar o grau de sucesso deste processo de planejamento urbano.

O conhecimento do cotidiano dos indivíduos participantes do OP pode ser revelador de aspectos importantes da sociedade porto-alegrense, principalmente com respeito a solidariedade.<sup>67</sup> Com efeito, “*é no cotidiano que nos tornamos observadores de nós mesmos e do próximo, isto vale dizer: do outro, dos outros e do mundo, portanto, do território*” (MESQUITA, 1995, p. 19). Este conhecimento, portanto, pode revelar as identidades e os territórios de grupos sociais. Nesse sentido, já existem vários trabalhos, principalmente da antropologia urbana, que tentam identificar e estudar estes grupos em todo o país. Mas estes estudos, geralmente, são pontuais, restritos a grupos sociais pequenos. É aqui que está a relevância da estrutura do OP, ou seja, através do OP se expressam, em conjunto, uma grande variedade de grupos sociais de toda uma metrópole brasileira.

Por último, destaca-se o questionamento, que está relacionado aos anteriores, sobre o relação, conflituosa ou não, entre os grupos organizados da sociedade que participam do OP – os poderes locais – e os atores, externos ao local, do processo de globalização (por exemplo empresas multinacionais).<sup>68</sup> Principalmente, quanto a característica da globalização da “*...abertura econômica de sistemas locais, em integração com seu próprio ‘meio’ (através de sistemas de subcontratação), a ‘globalidade dinâmica local’ (como uma economia globalizada em nível regional), quando combina a sua inserção num quadro global de divisão do trabalho a funções econômicas locais*” (HEIDRICH, 1996, p. 136). Assim a estrutura do OP, novamente, mostra-se importante como elemento de facilitação da análise desta relação<sup>69</sup> do local e do global na cidade de Porto Alegre, pois esta relação está centralizada, direta ou indiretamente, neste processo de participação popular.

---

<sup>67</sup> Esta sugestão de questionamento, também, é colocada pelo sociólogo Luciano Fedozzi em sua pesquisa sobre o OP (FEDOZZI, 1997, p. 201).

<sup>68</sup> De um lado, têm-se as idéias e as crenças de populações locais e, de outro, as racionalidades e as necessidades da produção e do comércio capitalistas com um alto e crescente teor de tecnologia. A compreensão da influência recíproca entre estes dois aspectos é colocada como um questionamento importante para as metrópoles brasileiras, em termos genéricos, pelo geógrafo Milton Santos (SANTOS, 1997b, p. 85-86).

<sup>69</sup> Conforme SANTOS (1997a, p. 273), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão *global* e de uma razão *local*, convivendo dialeticamente”.

**ANEXO 1 – CÁLCULO DO COEFICIENTE DE GINI**

## COEFICIENTE DE GINI - 1996

Coeficiente de Gini - 1996	<b>0,28</b>
----------------------------	-------------

0 - distribuição ideal

1 - concentração máxima

i	REGIÃO DO OP	POPUL. (hab)	INVESTIM. (R\$)	POPUL. (%)	$X_i$ (%)	INVESTIM. (%)	$Y_i$ (%)	$X_i - X_{i-1}$	$Y_i + Y_{i-1}$	$(X_i - X_{i-1})(Y_i + Y_{i-1})$
1	Restinga	45.999	826.500,00	0,04	0,04	0,03	0,03	0,04	0,03	0,00
2	Centro	271.294	902.400,00	0,21	0,25	0,03	0,07	0,21	0,10	0,02
3	Glória	37.439	1.213.930,00	0,03	0,28	0,05	0,11	0,03	0,18	0,01
4	Ilhas/Humaitá/Navegantes	48.199	1.242.260,00	0,04	0,31	0,05	0,16	0,04	0,27	0,01
5	Norte	88.614	1.242.950,00	0,07	0,38	0,05	0,21	0,07	0,37	0,03
6	Cruzeiro	64.952	1.245.870,00	0,05	0,43	0,05	0,26	0,05	0,47	0,02
7	Cristal	30.054	1.311.950,00	0,02	0,46	0,05	0,31	0,02	0,57	0,01
8	Nordeste	24.261	1.325.270,00	0,02	0,48	0,05	0,36	0,02	0,67	0,01
9	Eixo da Baltazar	86.057	1.479.450,00	0,07	0,54	0,06	0,42	0,07	0,77	0,05
10	Noroeste	127.574	1.561.900,00	0,10	0,64	0,06	0,48	0,10	0,89	0,09
11	Partenon	114.127	1.565.355,00	0,09	0,73	0,06	0,54	0,09	1,01	0,09
12	Sul	62.837	1.636.400,00	0,05	0,78	0,06	0,60	0,05	1,14	0,06
13	Centro-Sul	101.397	1.947.145,00	0,08	0,86	0,08	0,67	0,08	1,27	0,10
14	Leste	110.451	2.038.750,00	0,09	0,94	0,08	0,75	0,09	1,43	0,12
15	Lomba do Pinheiro	48.368	2.921.795,00	0,04	0,98	0,11	0,87	0,04	1,62	0,06
16	Extremo-Sul	23.905	3.479.004,00	0,02	1,00	0,13	1,00	0,02	1,87	0,03
<b>TOTAL</b>		<b>1.285.528</b>	<b>25.940.929,00</b>	<b>1,00</b>		<b>1,00</b>		<b>1,00</b>		<b>0,72</b>

NOTA: Os dados população e investimentos devem estar dispostos na ordem crescente dos valores de investimentos.

FONTE: Relatório GAPLAN/CRC/SPM/SMS.

OBS: Distribuição das regiões segundo nova regionalização, com os dados do Censo 1996 do IBGE.

Coeficiente de Gini : $1 - 0,72 = 0,28$
--

## COEFICIENTE DE GINI - 1997

Coeficiente de Gini	<b>0,44</b>
---------------------	-------------

0 - distribuição ideal

1 - concentração máxima

i	REGIÃO DO OP	POPUL. (hab)	INVESTIM. (R\$)	POPUL. (%)	$X_i$ (%)	INVESTIM. (%)	$Y_i$ (%)	$X_i - X_{i-1}$	$Y_i + Y_{i-1}$	$(X_i - X_{i-1})(Y_i + Y_{i-1})$
1	Centro	271.294	432.485,85	0,21	0,21	0,01	0,01	0,21	0,01	0,00
2	Ilhas/Humaitá/Navegantes	48.199	925.490,29	0,04	0,25	0,03	0,04	0,04	0,05	0,00
3	Noroeste	127.574	954.024,38	0,10	0,35	0,03	0,07	0,10	0,11	0,01
4	Lomba do Pinheiro	48.368	1.146.508,87	0,04	0,39	0,03	0,10	0,04	0,17	0,01
5	Cristal	30.054	1.203.353,45	0,02	0,41	0,04	0,14	0,02	0,24	0,01
6	Glória	37.439	1.430.303,20	0,03	0,44	0,04	0,18	0,03	0,32	0,01
7	Partenon	114.127	1.510.501,61	0,09	0,53	0,04	0,22	0,09	0,40	0,04
8	Sul	62.837	1.748.684,58	0,05	0,58	0,05	0,28	0,05	0,50	0,02
9	Nordeste	24.261	1.954.745,69	0,02	0,59	0,06	0,33	0,02	0,61	0,01
10	Norte	88.614	2.234.196,00	0,07	0,66	0,07	0,40	0,07	0,73	0,05
11	Centro-Sul	101.397	2.269.978,67	0,08	0,74	0,07	0,47	0,08	0,87	0,07
12	Cruzeiro	64.952	2.353.353,68	0,05	0,79	0,07	0,54	0,05	1,00	0,05
13	Leste	110.451	2.576.379,29	0,09	0,88	0,08	0,61	0,09	1,15	0,10
14	Eixo da Baltazar	86.057	4.049.596,22	0,07	0,95	0,12	0,73	0,07	1,34	0,09
15	Restinga	45.999	4.459.263,09	0,04	0,98	0,13	0,86	0,04	1,59	0,06
16	Extremo-Sul	23.905	4.638.049,13	0,02	1,00	0,14	1,00	0,02	1,86	0,03
TOTAL		1.285.528	33.886.914,00	1,00		1,00		1,00		0,56

NOTA: Os dados população e investimentos devem estar dispostos na ordem crescente dos valores de investimentos.

FONTE: Relatório GAPLAN/CRC/SPM/SMS.

OBS: Distribuição das regiões segundo nova regionalização, com os dados do Censo 1996 do IBGE.

Coeficiente de Gini : $1 - 0,56 = 0,44$
--

## COEFICIENTE DE GINI - 1998

Coeficiente de Gini - 1998	<b>0,10</b>
----------------------------	-------------

0 - distribuição ideal

1 - concentração máxima

i	REGIÃO DO OP	POPUL. (hab)	INVESTIM. (R\$)	POPUL. (%)	$X_i$ (%)	INVESTIM. (%)	$Y_i$ (%)	$X_i - X_{i-1}$	$Y_i + Y_{i-1}$	$(X_i - X_{i-1})(Y_i + Y_{i-1})$
1	Cristal	30.054	731.863,50	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,00
2	Restinga	45.999	1.279.831,33	0,04	0,06	0,03	0,05	0,04	0,07	0,00
3	Extremo-Sul	23.905	1.649.620,00	0,02	0,08	0,04	0,09	0,02	0,14	0,00
4	Noroeste	127.574	1.699.099,33	0,10	0,18	0,04	0,13	0,10	0,23	0,02
5	Partenon	114.127	1.834.479,90	0,09	0,27	0,05	0,18	0,09	0,31	0,03
6	Cruzeiro	64.952	1.867.026,16	0,05	0,32	0,05	0,23	0,05	0,41	0,02
7	Nordeste	24.261	2.010.706,16	0,02	0,34	0,05	0,28	0,02	0,50	0,01
8	Norte	88.614	2.067.312,42	0,07	0,40	0,05	0,33	0,07	0,61	0,04
9	Sul	62.837	2.101.375,58	0,05	0,45	0,05	0,38	0,05	0,71	0,03
10	Lomba do Pinheiro	48.368	2.220.358,90	0,04	0,49	0,06	0,44	0,04	0,82	0,03
11	Glória	37.439	2.615.651,90	0,03	0,52	0,07	0,50	0,03	0,94	0,03
12	Centro-Sul	101.397	2.626.076,90	0,08	0,60	0,07	0,57	0,08	1,07	0,08
13	Eixo da Baltazar	86.057	2.894.083,84	0,07	0,67	0,07	0,64	0,07	1,21	0,08
14	Leste	110.451	3.117.874,78	0,09	0,75	0,08	0,72	0,09	1,36	0,12
15	Centro	271.294	4.183.485,20	0,21	0,96	0,10	0,82	0,21	1,54	0,33
16	Ilhas/Humaitá/Navegantes	48.199	6.992.071,85	0,04	1,00	0,18	1,00	0,04	1,82	0,07
TOTAL		1.285.528	39.890.917,75	1,00		1,00		1,00		0,90

NOTA: Os dados população e investimentos devem estar dispostos na ordem crescente dos valores de investimentos.

FONTE: Relatório GAPLAN/CRC/SPM/SMS.

OBS: Distribuição das regiões segundo nova regionalização, com os dados do Censo 1996 do IBGE.

Coeficiente de Gini : $1 - 0,90 = 0,10$
--

## COEFICIENTE DE GINI - 1999

Coeficiente de Gini - 1999	<b>0,24</b>
----------------------------	-------------

0 - distribuição ideal

1 - concentração máxima

i	REGIÃO DO OP	POPUL. (hab)	INVESTIM. (R\$)	POPUL. (%)	$X_i$ (%)	INVESTIM. (%)	$Y_i$ (%)	$X_i - X_{i-1}$	$Y_i + Y_{i-1}$	$(X_i - X_{i-1})(Y_i + Y_{i-1})$
1	Restinga	45.999	1.071.771,43	0,04	0,04	0,03	0,03	0,04	0,03	0,00
2	Noroeste	127.574	1.108.231,43	0,10	0,14	0,03	0,05	0,10	0,08	0,01
3	Ilhas/Humaitá/Navegantes	48.199	1.207.325,14	0,04	0,17	0,03	0,08	0,04	0,13	0,00
4	Eixo da Baltazar	86.057	1.379.278,14	0,07	0,24	0,03	0,11	0,07	0,19	0,01
5	Centro-Sul	101.397	1.804.879,43	0,08	0,32	0,04	0,15	0,08	0,27	0,02
6	Sul	62.837	1.856.921,14	0,05	0,37	0,04	0,20	0,05	0,35	0,02
7	Cruzeiro	64.952	2.253.617,14	0,05	0,42	0,05	0,25	0,05	0,45	0,02
8	Extremo-Sul	23.905	2.806.111,43	0,02	0,44	0,07	0,32	0,02	0,57	0,01
9	Norte	88.614	2.859.398,14	0,07	0,51	0,07	0,38	0,07	0,70	0,05
10	Lomba do Pinheiro	48.368	3.168.363,14	0,04	0,54	0,07	0,46	0,04	0,84	0,03
11	Leste	110.451	3.285.204,14	0,09	0,63	0,08	0,53	0,09	0,99	0,09
12	Centro	271.294	3.326.671,43	0,21	0,84	0,08	0,61	0,21	1,15	0,24
13	Glória	37.439	3.410.441,00	0,03	0,87	0,08	0,69	0,03	1,31	0,04
14	Nordeste	24.261	3.983.231,43	0,02	0,89	0,09	0,79	0,02	1,48	0,03
15	Partenon	114.127	4.048.967,43	0,09	0,98	0,09	0,88	0,09	1,67	0,15
16	Cristal	30.054	5.057.570,00	0,02	1,00	0,12	1,00	0,02	1,88	0,04
TOTAL		1.285.528	42.627.981,99	1,00		1,00		1,00		0,76

NOTA: Os dados população e investimentos devem estar dispostos na ordem crescente dos valores de investimentos.

FONTE: Relatório GAPLAN/CRC/SPM/SMS.

OBS: Distribuição das regiões segundo nova regionalização, com os dados do Censo 1996 do IBGE.

Coeficiente de Gini : $1 - 0,76 = 0,24$
--

## **ANEXO 2 – PARTICIPAÇÃO**

## NÚMERO DE PARTICIPANTES NAS REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO - 1990/1999

ASSEMBLÉIAS  
REGIONAIS

REGIÕES DO OP	1990		1991		1992		1993		1994		* _ * _ * 1995		1996		1997		1998		1999		
	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	*****3ª	1ª	2ª		1ª	2ª								
Ilhas	14	80	33	90	32	132	148	129	58	77	Ilhas/Hum./Naveg.	195	103	131	72	246	104	271	113	347	136
Humaitá/Naveg.	5	10	15	32	37	128	68	337	112	227	Noroeste	273	136	215	75	476	91	498	126	499	147
Leste	52	100	90	705	125	385	235	467	166	409	Leste	243	229	214	409	204	195	591	119	610	527
Lomba	24	40	44	119	55	514	207	419	124	551	Lomba do Pinheiro	823	827	676	294	792	362	1.298	509	1.885	469
Norte	34	50	47	97	90	511	208	224	209	141	Norte	240	380	175	317	339	489	538	386	359	252
Nordeste	5	28	*	363	55	221	604	668	323	388	Nordeste	485	283	396	286	530	184	696	210	1.424	469
Partenon	22	53	74	264	174	922	210	569	270	826	Partenon	595	205	638	171	500	216	465	340	768	397
Restinga	0	36	**	181	66	303	144	206	196	768	Restinga	404	480	589	174	834	311	922	426	1.409	207
Glória	10	20	55	142	104	206	127	226	164	350	Glória	299	70	321	151	251	133	234	120	439	168
Cruzeiro	91	90	101	128	62	235	293	345	59	423	Cruzeiro	283	283	426	223	430	132	399	205	402	227
Cristal	6	10	***	81	80	388	107	252	157	215	Cristal	195	74	240	98	278	290	251	81	452	321
Centro Sul	49	52	44	458	89	502	320	1.268	156	1.051	Centro-Sul	1.081	293	1.159	354	1.571	239	1.162	299	1.190	220
Extremo Sul	16	25	64	80	118	569	485	397	238	484	Extremo-Sul	380	420	403	251	542	247	749	257	611	93
Eixo Baltazar	0	28	23	152	97	455	304	405	127	517	Eixo da Baltazar	376	563	352	391	287	189	528	332	487	686
Sul	14	0	****	29	85	378	119	501	219	390	Sul	654	449	492	155	553	424	282	306	326	502
Centro	6	6	18	165	173	319	181	562	60	183	Centro	329	171	147	153	350	119	669	305	528	256
Totais Rodadas	348	628	608	3.086	1.442	6.168	3.760	6.975	2.638	7.000		6.855	4.966	6.574	3.574	8.183	3.725	9.553	4.134	11.736	5.077
Totais Regionais	976		3.694		7.610		10.735		9.638			11.821		10.148		11.908		13.687		16.813	

FONTE: CRC/GAPLAN.

\* - Em 1991, as regiões Leste e Nordeste (3 e 6) realizaram a primeira rodada conjuntamente e os dados estão computados para a região Leste.

\*\* - Não obtivemos os dados de participação desta rodada.

\*\*\* - Em 1991, as regiões Cruzeiro e Cristal (10 e 11) realizaram a primeira rodada conjuntamente e os dados estão computados na região Cruzeiro.

\*\*\*\* - Em 1991, as regiões Centro-Sul e Sul (12 e 15) realizaram a primeira rodada conjuntamente e os dados estão computados para a região Centro-Sul.

\*\*\*\*\* - Em 1993, a segunda rodada foi apresentado o projeto cidade constituinte.

\* \_ \* \_ \* - Em 1995, a região Ilhas foi agrupada à Humaitá/Navegantes e a região Eixo da Baltazar foi desmembrada, surgindo a região Noroeste.

NÚMERO DE PARTICIPANTES NAS REUNIÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO -  
1990/1999

**PLENÁRIAS TEMÁTICAS**

TEMÁTICAS DO OP	1994		1995		1996		1997		1998		1999	
	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª	1ª	2ª
Circulação e Transporte	94	52	250	137	109	68	476	157	261	40	399	204
Saúde e Assistência Social	148	104	249	67	128	62	421	283	433	77	769	166
Educação, Cultura e Lazer	189	252	367	254	242	142	826	316	623	112	844	124
Desenvolvimento Econômico e Tributação	59	237	335	155	399	271	861	310	534	187	661	272
Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano	108	366	439	193	201	171	311	147	386	116	367	105
<b>TOTAIS RODADAS</b>	598	1.011	1.640	806	1.079	714	2.895	1.213	2.237	532	3.040	871
<b>TOTAIS TEMÁTICAS</b>	1.609		2.446		1.793		4.108		2.769		3.911	

FONTE: CRC/GAPLAN.

### **ANEXO 3 – INVESTIMENTOS NAS REGIÕES**

## INVESTIMENTOS NAS REGIÕES DO OP EM PORTO ALEGRE - 1996

\* Valores em reais de 01 de Julho de 1995

REGIÃO DO OP	ILHAS/HUMAITÁ/ NA VEGANTES		NOROESTE		LESTE		LOMBA DO PINHEIRO		NORTE		NORDESTE	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	140.000,00	11,27	952.000,00	60,95	948.210,00	46,51	521.000,00	17,83	233.800,00	18,81	100.000,00	7,55
Pavimentação	610.560,00	49,15	482.300,00	30,88	672.040,00	32,96	908.950,00	31,11	755.250,00	60,76	638.120,00	48,15
Política Habitacional	458.000,00	36,87	0,00	0,00	340.500,00	16,70	121.680,00	4,16	185.900,00	14,96	20.650,00	1,56
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	3,43	1.368.765,00	46,85	60.000,00	4,83	550.000,00	41,50
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	1.700,00	0,14	7.600,00	0,49	8.000,00	0,39	1.400,00	0,05	8.000,00	0,64	500,00	0,04
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	32.000,00	2,58	120.000,00	7,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	1,21
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.242.260,00</b>		<b>1.561.900,00</b>		<b>2.038.750,00</b>		<b>2.921.795,00</b>		<b>1.242.950,00</b>		<b>1.325.270,00</b>	

REGIÃO DO OP	PARTENON		RESTINGA		GLÓRIA		CRUZEIRO		CRISTAL		CENTRO-SUL	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	183.000,00	11,69	186.000,00	22,50	363.000,00	29,90	455.000,00	36,52	128.000,00	9,76	381.000,00	19,57
Pavimentação	829.980,00	53,02	636.000,00	76,95	572.930,00	47,20	473.820,00	38,03	564.450,00	43,02	948.700,00	48,72
Política Habitacional	147.475,00	9,42	0,00	0,00	168.000,00	13,84	310.550,00	24,93	68.000,00	5,18	309.445,00	15,89
Educação	370.000,00	23,64	0,00	0,00	110.000,00	9,06	0,00	0,00	550.000,00	41,92	300.000,00	15,41
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	900,00	0,06	4.500,00	0,54	0,00	0,00	1.500,00	0,12	1.500,00	0,11	8.000,00	0,41
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	34.000,00	2,17	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.565.355,00</b>		<b>826.500,00</b>		<b>1.213.930,00</b>		<b>1.245.870,00</b>		<b>1.311.950,00</b>		<b>1.947.145,00</b>	

REGIÃO DO OP	EXTREMO-SUL		EIXO DA BALTAZAR		SUL		CENTRO	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	206.390,00	5,93	479.000,00	32,38	724.000,00	44,24	230.000,00	25,49
Pavimentação	852.240,00	24,50	802.950,00	54,27	757.900,00	46,32	58.300,00	6,46
Política Habitacional	2.416.054,00	69,45	132.000,00	8,92	150.000,00	9,17	550.000,00	60,95
Educação	0,00	0,00	60.000,00	4,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	4.320,00	0,12	5.500,00	0,37	4.500,00	0,27	4.100,00	0,45
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	6,65
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.479.004,00</b>		<b>1.479.450,00</b>		<b>1.636.400,00</b>		<b>902.400,00</b>	

TOTAIS POR TEMA - TODAS AS REGIÕES

TEMA	R\$
Pavimentação	10.564.490,00
Saneamento Básico	6.230.400,00
Política Habitacional	5.378.254,00
Educação	3.438.765,00
Organização da Cidade	267.000,00
Transporte e Circulação	62.020,00
Saúde	0,00
Assistência Social	0,00
Áreas de Lazer	0,00
Cultura	0,00
Desenvolvimento Econômico	0,00
Esporte e Lazer	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>25.940.929,00</b>

FONTE: Plano de Investimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1996).

## INVESTIMENTOS NAS REGIÕES DO OP EM PORTO ALEGRE - 1997

\* Valores em reais de 01 de Julho de 1996

REGIÃO DO OP	ILHAS/HUMAITÁ/ NA VEGANTES		NOROESTE		LESTE		LOMBA DO PINHEIRO		NORTE		NORDESTE	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	337.000,00	36,41	482.000,00	50,52	533.200,00	20,70	387.318,87	33,78	778.500,00	34,84	40.000,00	2,05
Pavimentação	296.860,00	32,08	309.879,00	32,48	794.752,00	30,85	709.340,00	61,87	705.696,00	31,59	546.848,00	27,98
Política Habitacional	250.000,00	27,01	0,00	0,00	1.177.864,00	45,72	42.350,00	3,69	450.000,00	20,14	156.300,00	8,00
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	2,33	0,00	0,00	290.000,00	12,98	1.200.000,00	61,39
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	2.500,00	0,27	10.000,00	1,05	3.500,00	0,14	7.500,00	0,65	6.000,00	0,27	2.400,00	0,12
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	39.130,29	4,23	152.145,38	15,95	7.063,29	0,27	0,00	0,00	4.000,00	0,18	9.197,69	0,47
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>925.490,29</b>		<b>954.024,38</b>		<b>2.576.379,29</b>		<b>1.146.508,87</b>		<b>2.234.196,00</b>		<b>1.954.745,69</b>	

REGIÃO DO OP	PARTENON		RESTINGA		GLÓRIA		CRUZEIRO		CRISTAL		CENTRO-SUL	
TEMA	R\$	%										
Saneamento Básico	448.000,00	29,66	187.500,00	4,20	438.000,00	30,62	269.000,00	11,43	24.000,00	1,99	303.000,00	13,35
Pavimentação	886.936,00	58,72	709.341,00	15,91	895.788,00	62,63	325.505,00	13,83	578.095,00	48,04	1.041.616,00	45,89
Política Habitacional	105.000,00	6,95	2.320.000,00	52,03	96.000,00	6,71	1.741.096,00	73,98	600.000,00	49,86	889.804,00	39,20
Educação	0,00	0,00	1.200.000,00	26,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	1,32
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	2.000,00	0,13	11.000,00	0,25	0,00	0,00	5.000,00	0,21	0,00	0,00	5.000,00	0,22
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	68.565,61	4,54	31.422,09	0,70	515,20	0,04	12.752,68	0,54	1.258,45	0,10	558,67	0,02
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.510.501,61</b>		<b>4.459.263,09</b>		<b>1.430.303,20</b>		<b>2.353.353,68</b>		<b>1.203.353,45</b>		<b>2.269.978,67</b>	

REGIÃO DO OP	EXTREMO-SUL		EIXO DA BALTAZAR		SUL		CENTRO	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	178.981,13	3,86	514.000,00	12,69	302.000,00	17,27	0,00	0,00
Pavimentação	1.083.280,00	23,36	781.213,00	19,29	848.916,00	48,55	85.935,00	19,87
Política Habitacional	3.360.000,00	72,44	2.722.050,00	67,22	530.000,00	30,31	335.250,00	77,52
Educação	0,00	0,00	20.000,00	0,49	50.000,00	2,86	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	0,00	0,00	6.000,00	0,15	6.000,00	0,34	5.300,00	1,23
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	15.788,00	0,34	6.333,22	0,16	11.768,58	0,67	6.000,85	1,39
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.638.049,13</b>		<b>4.049.596,22</b>		<b>1.748.684,58</b>		<b>432.485,85</b>	

TOTAIS POR TEMA - TODAS AS REGIÕES

TEMA	R\$
Política Habitacional	14.775.714,00
Pavimentação	10.600.000,00
Saneamento Básico	5.222.500,00
Educação	2.850.000,00
Organização da Cidade	366.500,00
Transporte e Circulação	72.200,00
Saúde	0,00
Assistência Social	0,00
Áreas de Lazer	0,00
Cultura	0,00
Desenvolvimento Econômico	0,00
Esporte e Lazer	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>33.886.914,00</b>

FONTE: Plano de Investimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1997).

## INVESTIMENTOS NAS REGIÕES DO OP EM PORTO ALEGRE - 1998

\* Valores em reais de 01 de Julho de 1997

REGIÃO DO OP	ILHAS/HUMAITÁ/ NA VEGANTES		NOROESTE		LESTE		LOMBA DO PINHEIRO		NORTE		NORDESTE	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	3.366.787,69	48,15	269.600,00	15,87	804.400,00	25,80	525.000,00	23,64	1.008.290,52	48,77	180.000,00	8,95
Pavimentação	680.414,00	9,73	185.500,00	10,92	918.596,00	29,46	1.271.788,00	57,28	732.354,00	35,43	957.180,00	47,60
Política Habitacional	2.803.044,00	40,09	442.827,00	26,06	1.164.250,88	37,34	166.353,00	7,49	155.000,00	7,50	825.600,00	41,06
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,97	0,00	0,00
Saúde	120.000,00	1,72	760.000,00	44,73	220.000,00	7,06	250.000,00	11,26	145.000,00	7,01	20.000,00	0,99
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	24.000,00	1,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,90
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	3.800,00	0,05	1.120,00	0,07	6.610,00	0,21	3.200,00	0,14	2.650,00	0,13	1.900,00	0,09
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	8.026,16	0,11	16.052,33	0,94	4.017,90	0,13	4.017,90	0,18	4.017,90	0,19	8.026,16	0,40
Esporte e Lazer	10.000,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>6.992.071,85</b>		<b>1.699.099,33</b>		<b>3.117.874,78</b>		<b>2.220.358,90</b>		<b>2.067.312,42</b>		<b>2.010.706,16</b>	

REGIÃO DO OP	PARTENON		RESTINGA		GLÓRIA		CRUZEIRO		CRISTAL		CENTRO-SUL	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	401.000,00	21,86	20.000,00	1,56	1.067.000,00	40,79	319.641,00	17,12	72.000,00	9,84	239.000,00	9,10
Pavimentação	1.139.712,00	62,13	975.739,00	76,24	1.131.550,00	43,26	862.946,00	46,22	385.840,00	52,72	1.201.298,00	45,74
Política Habitacional	155.000,00	8,45	265.000,00	20,71	231.884,00	8,87	317.763,00	17,02	246.376,00	33,66	917.231,00	34,93
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	1,61	0,00	0,00	150.000,00	5,71
Saúde	133.000,00	7,25	0,00	0,00	162.000,00	6,19	328.000,00	17,57	0,00	0,00	80.000,00	3,05
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	0,69	0,00	0,00	24.000,00	3,28	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	1.750,00	0,10	3.040,00	0,24	1.200,00	0,05	650,00	0,03	0,00	0,00	34.530,00	1,31
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	4.017,90	0,22	16.052,33	1,25	4.017,90	0,15	8.026,16	0,43	3.647,50	0,50	4.017,90	0,15
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.834.479,90</b>		<b>1.279.831,33</b>		<b>2.615.651,90</b>		<b>1.867.026,16</b>		<b>731.863,50</b>		<b>2.626.076,90</b>	

REGIÃO DO OP	EXTREMO-SUL		EIXO DA BALTAZAR		SUL		CENTRO	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	96.000,00	5,82	1.436.969,94	49,65	705.612,42	33,58	1.605.094,30	38,37
Pavimentação	1.343.020,00	81,41	934.920,00	32,30	983.892,00	46,82	348.740,00	8,34
Política Habitacional	70.000,00	4,24	246.376,00	8,51	100.285,00	4,77	2.200.043,00	52,59
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,24
Saúde	115.000,00	6,97	270.000,00	9,33	250.000,00	11,90	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	24.000,00	1,45	0,00	0,00	18.000,00	0,86	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	1.600,00	0,10	1.800,00	0,06	35.560,00	1,69	590,00	0,01
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,12
Organização da Cidade	0,00	0,00	4.017,90	0,14	8.026,16	0,38	4.017,90	0,10
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,24
<b>TOTAL</b>	<b>1.649.620,00</b>		<b>2.894.083,84</b>		<b>2.101.375,58</b>		<b>4.183.485,20</b>	

TOTAIS POR TEMA - TODAS AS REGIÕES

TEMA	R\$
Pavimentação	14.053.489,00
Saneamento Básico	12.116.395,87
Política Habitacional	10.307.032,88
Saúde	2.853.000,00
Educação	210.000,00
Áreas de Lazer	126.000,00
Transporte e Circulação	100.000,00
Organização da Cidade	100.000,00
Esporte e Lazer	20.000,00
Desenvolvimento Econômico	5.000,00
Assistência Social	0,00
Cultura	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>39.890.917,75</b>

FONTE: Plano de Investimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1998).

## INVESTIMENTOS NAS REGIÕES DO OP EM PORTO ALEGRE - 1999

\* Valores em reais de 01 de Julho de 1998

REGIÃO DO OP	ILHAS/HUMAITÁ/ NA VEGANTES		NOROESTE		LESTE		LOMBA DO PINHEIRO		NORTE		NORDESTE	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	279.458,00	23,15	628.000,00	56,67	316.000,00	9,62	355.400,00	11,22	1.024.860,00	35,84	473.000,00	11,87
Pavimentação	333.900,00	27,66	281.960,00	25,44	964.600,00	29,36	1.388.282,00	43,82	875.560,00	30,62	667.800,00	16,77
Política Habitacional	367.920,00	30,47	79.240,00	7,15	1.998.557,00	60,84	1.378.634,00	43,51	552.931,00	19,34	1.838.400,00	46,15
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	13,99	1.000.000,00	25,11
Saúde	220.000,00	18,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	115.000,00	10,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	6.047,14	0,50	4.031,43	0,36	6.047,14	0,18	6.047,14	0,19	6.047,14	0,21	4.031,43	0,10
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	1,26	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.207.325,14</b>		<b>1.108.231,43</b>		<b>3.285.204,14</b>		<b>3.168.363,14</b>		<b>2.859.398,14</b>		<b>3.983.231,43</b>	

REGIÃO DO OP	PARTENON		RESTINGA		GLÓRIA		CRUZEIRO		CRISTAL		CENTRO-SUL	
TEMA	R\$	%										
Saneamento Básico	513.273,00	12,68	221.100,00	20,63	1.356.051,00	39,76	214.000,00	9,50	4.102.500,00	81,12	500.000,00	27,70
Pavimentação	1.109.290,00	27,40	801.360,00	74,77	894.110,00	26,22	1.057.350,00	46,92	860.720,00	17,02	1.227.268,00	68,00
Política Habitacional	2.398.923,00	59,25	45.280,00	4,22	1.160.280,00	34,02	976.220,00	43,32	84.900,00	1,68	73.580,00	4,08
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Áreas de Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	23.450,00	0,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	4.031,43	0,10	4.031,43	0,38	0,00	0,00	6.047,14	0,27	9.450,00	0,19	4.031,43	0,22
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.048.967,43</b>		<b>1.071.771,43</b>		<b>3.410.441,00</b>		<b>2.253.617,14</b>		<b>5.057.570,00</b>		<b>1.804.879,43</b>	

REGIÃO DO OP	EXTREMO-SUL		EIXO DA BALTAZAR		SUL		CENTRO	
TEMA	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico	690.500,00	24,61	226.700,00	16,44	680.000,00	36,62	2.642.000,00	79,42
Pavimentação	1.476.580,00	52,62	593.600,00	43,04	1.110.774,00	59,82	578.760,00	17,40
Política Habitacional	0,00	0,00	552.931,00	40,09	0,00	0,00	101.880,00	3,06
Educação	600.000,00	21,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	10.550,00	0,57	0,00	0,00
Áreas de Lazer	35.000,00	1,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte e Circulação	0,00	0,00	0,00	0,00	49.550,00	2,67	0,00	0,00
Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização da Cidade	4.031,43	0,14	6.047,14	0,44	6.047,14	0,33	4.031,43	0,12
Esporte e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.806.111,43</b>		<b>1.379.278,14</b>		<b>1.856.921,14</b>		<b>3.326.671,43</b>	

TOTAIS POR TEMA - TODAS AS REGIÕES

TEMA	R\$
Saneamento Básico	14.222.842,00
Pavimentação	14.221.914,00
Política Habitacional	11.609.676,00
Educação	2.000.000,00
Saúde	220.000,00
Áreas de Lazer	150.000,00
Organização da Cidade	79.999,99
Transporte e Circulação	73.000,00
Esporte e Lazer	40.000,00
Assistência Social	10.550,00
Cultura	0,00
Desenvolvimento Econômico	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>42.627.981,99</b>

FONTE: Plano de Investimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1999a).

**ANEXO 4 - INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO, PAVIMENTAÇÃO E  
POLÍTICA HABITACIONAL EM PORTO ALEGRE - 1995-**

**1999**

	Saneamento Básico		Pavimentação		Política Habitacional		Subtotal nestas 3 áreas		Total dos Investimentos	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1995	23.437.404,90	17,91	11.892.920,00	9,09	6.030.000,00	4,61	41.360.324,90	31,61	130.839.612,00	100,00
1996	24.291.480,00	23,29	15.960.000,00	15,30	7.930.284,00	7,60	48.181.764,00	46,19	104.314.050,00	100,00
1997	41.520.000,00	29,62	29.931.000,00	21,35	22.196.714,00	15,84	93.647.714,00	66,81	140.167.309,89	100,00
1998	53.375.009,87	35,90	37.687.489,00	25,35	14.659.177,32	9,86	105.721.676,19	71,11	148.675.539,00	100,00
1999	63.213.342,00	36,22	50.725.414,00	29,06	14.053.134,00	8,05	127.991.890,00	73,33	174.530.469,00	100,00

FONTE: Planos de Investimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1995, 1996, 1997a. 1998, 1999a).

**ANEXO 5 - INVESTIMENTOS EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO  
EM PORTO ALEGRE - 1995-1999**

	Desenvolvimento Econômico		Educação		Subtotal nestas 2 áreas		Total dos Investimentos	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1995	4.288.000,00	3,28	6.068.000,00	4,64	10.356.000,00	7,92	130.839.612,00	100,00
1996	2.599.300,00	2,49	5.334.000,00	5,11	7.933.300,00	7,61	104.314.050,00	100,00
1997	4.009.357,00	2,86	4.684.608,80	3,34	8.693.965,80	6,20	140.167.309,89	100,00
1998	2.631.300,00	1,77	4.083.560,00	2,75	6.714.860,00	4,52	148.675.539,00	100,00
1999	2.128.550,00	1,22	5.841.200,00	3,35	7.969.750,00	4,57	174.530.469,00	100,00

FONTE: Planos de Investimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1995, 1996, 1997a, 1998, 1999a).

NOTA: No tema Desenvolvimento Econômico não estão incluídos os valores para Tributação.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ABERS, Rebecca. *Inventing Local Democracy Neighborhood Organizing and Participatory Policy-Making in Porto Alegre, Brazil*. Los Angeles, 1997. Dissertation (Doctor of Philosophy in Urban Planning) - University of California.
- BARROS, Ricardo P. de; DUARTE, Renata; JERONYMO, Renata et al. Atlas da desigualdade: A Década de 80. In: IPEA. *Perspectivas da economia brasileira – 1994*. Rio de Janeiro : IPEA, v. 2, 1993. p. 749-774.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 4. ed. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1992.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*. 2. ed. Brasília : Imprensa Nacional, Divisão de Editoração, 1997.
- CASSEL, Guilherme; VERLE, João. A política tributária e de saneamento financeiro da Administração Popular. In: HORN, Carlos H. (organizador). *Porto Alegre: o desafio da mudança*. Porto Alegre : Ortiz, 1994. p. 27-47.
- CORAGGIO, José L. Economia popular y pobreza en la construcción de la ciudad. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *O papel do público e do privado na construção da cidade*. Porto Alegre : Prefeitura Municipal de Porto Alegre, nov. 1993. p. 50-54.
- \_\_\_\_\_. A construção de uma economia popular como horizonte para cidades sem rumo. In: RIBEIRO, Luiz C. de Q.; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (organizadores). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1997a. p. 221-259.
- \_\_\_\_\_. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 72, p. 30-38, mar./maio, 1997b.
- CORRÊA, Roberto L. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo : Ática, 1995.
- FACHIN, Roberto C.; CHANLAT, Alain. O governo municipal na América Latina – visões de contexto e perplexidades. In: \_\_\_\_\_ (organizadores). *Governo municipal na América Latina*. Porto Alegre : Sulina, 1998. p. 25-30.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre : Tomo Editorial, 1997.
- GABINETE DE PLANEJAMENTO. *Orçamento público*. 3. ed. Porto Alegre : Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1997.

- GADOTTI, Moacir; DUQUE-ESTRADA, Maria I. Paulo Freire. In: SBPC. *Cientistas do Brasil*. São Paulo : SBPC, 1998. p. 731-740.
- GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. 2. ed. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 1997.
- GIACOMONI, James. *Orçamento público para vereadores*. Porto Alegre : EDITAL, 1993.
- \_\_\_\_\_. Orçamento tradicional e “orçamento participativo”: o caso de Porto Alegre. In: FACHIN, Roberto C.; CHANLAT, Alain (organizadores). *Governo municipal na América Latina*. Porto Alegre : Sulina, 1998. p. 183-195.
- GONZÁLEZ, Rodrigo S. Participação Popular, cultura política e ação coletiva: uma análise do orçamento participativo em Porto Alegre. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de O. de; GONZÁLEZ, Rodrigo S. (organizadores). *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, 1998. p. 190-214.
- HABERMAS, Jürgen. Participação Política. In: CARDOSO, Fernando H.; MARTINS, Carlos E. *Política & sociedade*. São Paulo : Nacional, v. 1, 1981. p. 375-388.
- HEIDRICH, Álvaro L. Organização do Espaço: uma revisão conceitual em face dos processos de reestruturação econômica e de reforma do Estado. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p. 117-142, dez. 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contagem da população 1996*. Rio de Janeiro, 1997.
- LAO-TSE. *Tao te king*. São Paulo : Ed. Martin Claret, 1990.
- MESQUITA, Zilá. Cotidiano ou quotidiano? In: \_\_\_\_\_.; BRANDÃO, Carlos R. (organizadores). *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 1995. p. 12-26.
- OLEGÁRIO FILHO, Assis B.; BAIOCCHI, Gianpaolo; BRUNET, Luciano et al. *Quem é o público do OP: seu perfil, por que participa e o que pensa do processo*. Porto Alegre : Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998.
- PESSOA, Enildo. *Planificação: a opção pelas classes populares*. Campinas : Papirus, 1988.
- PINTO, João B. Planejamento participativo: rito ou prática de classe?. *Cadernos de Planejamento Participativo*, Ijuí, n. 3, p. 13-60, maio 1985.

- PORTO ALEGRE. *Lei orgânica do município de Porto Alegre – 1990*. 3. ed. Porto Alegre : CORAG, 1997.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Plano de investimentos 1991*. Porto Alegre, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Plano de investimentos 1992*. Porto Alegre, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Plano de investimentos 1993*. Porto Alegre, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Plano de investimentos 1994*. Porto Alegre, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Plano de investimentos 1995*. Porto Alegre, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Plano de investimentos 1996*. Porto Alegre, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Plano de investimentos 1997*. Porto Alegre, 1997a.
- \_\_\_\_\_. *Regimento interno, critérios gerais, técnicos e regionais do Orçamento Participativo*. Porto Alegre, 1997b.
- \_\_\_\_\_. *Plano de investimentos 1998*. Porto Alegre, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Plano de investimentos 1999*. Porto Alegre, 1999a.
- \_\_\_\_\_. *Regimento interno, critérios gerais, técnicos e regionais do Orçamento Participativo*. Porto Alegre, 1999b.
- PYE, Lucien. O desenvolvimento político. In: CARDOSO, Fernando H.; MARTINS, Carlos E. *Política & sociedade*. São Paulo : Nacional, v. 1, 1981. p. 416-424.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo : Ática, 1993.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo : Best Seller, 1999.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 1997a.
- \_\_\_\_\_. Metrôpole: a força dos fracos é o seu tempo lento. In: \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 3. ed. São Paulo : Hucitec, 1997b. p. 81-86.
- SOUZA, Celina. Dez anos de descentralização: a experiência dos municípios brasileiros. In: FACHIN, Roberto C.; CHANLAT, Alain (organizadores). *Governo municipal na América Latina*. Porto Alegre : Sulina, 1998. p. 31-54.
- SOUZA, Marcelo L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (organizadores). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento urbano: a problemática renovação de um “conceito”-problema. *Território/LAGET, UFRJ*, Rio de Janeiro, ano III, n. 5, p. 5-29, jul./dez. 1998.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis : Vozes, 1994.
- UTZIG, José E.; GUIMARAENS, Rafael. Democracia e participação popular na esfera pública: a experiência de Porto Alegre. In: BONDUKI, Nabil G. (organizador). *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo : Studio Nobel, 1997. p. 51-57.
- VALVERDE, Abelardo H. Uma experiência de planejamento participativo na América Latina: Piura - Peru. *Cadernos de planejamento participativo*, Ijuí, n. 3, p. 73-118, maio 1985.
- WILHEIM, Jorge. Algumas precisões sobre urbanismo e quem o pratica. In: \_\_\_\_\_. *O substantivo e o adjetivo*. São Paulo : Perspectiva, 1976. p. 39-56.